

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA  
MESTRADO EM FILOSOFIA

WILTON DE MELO GONÇALVES BARBOSA

**ELEMENTOS PARA A JUSTIFICAÇÃO DE UMA TEORIA  
CONTEXTUALISTA DA LINGUAGEM**

RECIFE/2013

WILTON DE MELO GONÇALVES BARBOSA

**ELEMENTOS PARA A JUSTIFICAÇÃO DE UMA TEORIA  
CONTEXTUALISTA DA LINGUAGEM**

Dissertação apresentada como requisito  
parcial à obtenção do título de Mestre em  
Filosofia pela Universidade Federal de  
Pernambuco

Orientador: Prof. Dr. Fernando Raul Neto

RECIFE/2013

Catalogação na fonte  
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

B238e     Barbosa, Wilton de Melo Gonçalves.  
Elementos para a justificação de uma teoria contextualista da linguagem / Wilton de Melo Gonçalves Barbosa. – Recife: O autor, 2013.  
83 f. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Raul Neto.  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco,  
CFCH. Programa de Pós-graduação em Filosofia, 2013.  
Inclui referências.

1. Filosofia. 2. Teoria (Filosofia). 3. Semântica. 4. Linguagem e línguas  
- Filosofia. I. Raul Neto, Fernando (Orientador). II. Título.

100 CDD (22.ed.)

UFPE (CFCH2013-122)

WILTON DE MELO GONÇALVES BARBOSA

**ELEMENTOS PARA A JUSTIFICAÇÃO DE UMA TEORIA  
CONTEXTUALISTA DA LINGUAGEM**

Dissertação aprovada como requisito parcial à obtenção do título do Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco, por comissão examinadora formada pelos seguintes professores:

---

Prof. Dr. Fernando Raul Neto – UFPE

---

Prof. Dr. Rodrigo Jungmann – UFPE

---

Prof. Dr. André Leclerc – UFC

## **DEDICATÓRIA**

Dedico esta dissertação a todos que me ajudaram ao longo destes longos anos de pesquisa, e que porventura deixei de agradecer devidamente.

## **AGRADECIMENTOS**

À minha família, pelo suporte e incentivo aos estudos;

Á Renata, pelo carinho, apoio e sobretudo pela paciência ao longo das intermináveis noites de pesquisa;

Ao professor Fernando Raul, pelo voto de confiança, incentivo e pelo bom humor;

Aos professores Giovanni Queiroz, André Leclerc e André Abbath pela orientação nos primeiros momentos desta pesquisa;

Ao professor Rodrigo Jungmann pelas importantes contribuições na qualificação da dissertação;

Aos meus amigos e colegas de pesquisa, Lucas Barbosa, Cleiton Galvão, Paulo Vicente, Kleber Kyrillos, Pierre Mignac e Rebeca Vasconcelos, por todas as conversas, discussões e principalmente pelas confraternizações;

Aos meus amigos Márcio Baião, David Heimer, Diego Amaral e Fillype Cavalcante, pelos momentos de descontração não menos filosóficos;

Ao meu amigo Diogo Braga, que hoje ensina sua sabedoria em terras distantes;

Aos professores, funcionários e colegas do Departamento de Filosofia da UFPE, que não só atuaram em minha formação intelectual, mas em minhas vivências ao longo de uma década.

“[...] É difícil para os filósofos separarem-se da ideia de que se possa livremente construir estruturas semânticas alternativas para várias sentenças da linguagem natural sem ser restrito por evidências linguísticas empíricas.”

STANLEY, J.; SZABÓ, Z. **On Quantifier Domain Restriction.**

## RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo reconstruir partes específicas do debate acerca das teorias sobre subdeterminação semântica no tocante ao papel do contexto na determinação do significado associado a um proferimento linguístico, intentando com isto fornecer explicações satisfatórias para o fenômeno da comunicação. Para tal, investigar-se-ão argumentos dos principais defensores das correntes minimalistas e contextualistas, bem como autores clássicos em Filosofia da Linguagem, apresentando seus pontos fortes, suas falhas e esboçando soluções às aporias identificadas no que concerne a três questões fundamentais: a existência de constituintes inarticulados nas sentenças; a determinação da noção semântica/pragmática d'o que é dito (*what is said*); e finalmente a natureza dos constituintes do conteúdo semântico. Embora a formulação de tais questões -chave exija a consideração imparcial de argumentos diametralmente opostos, a postura adotada ao longo da pesquisa pode ser considerada de orientação contextualista; a ideia é refinar tais argumentos à luz das discussões atuais tendo como objetivo principal elencar elementos para uma justificação satisfatória da referida corrente.

**Palavras-chave:** elementos inarticulados, o que é dito, conteúdo semântico, contextualismo, minimalismo.

## ABSTRACT

This dissertation aims to reconstruct specific parts of the debate about theories of semantic underdetermination, specifically concerning the role of context on determining the meaning associated with a linguistic utterance, so providing satisfactory explanation to communication phenomena. In this sense, it will be analyzed arguments of the main researchers of the minimalist and contextualist approaches, as well as classic authors in Philosophy of Language, presenting their merits, their flaws, and outlining solutions to the perplexities related to three key questions: the existence of unarticulated constituents in sentences, the nature of semantic/pragmatic notion of what is said, and finally the nature of the constituents of the semantic content. Although the formulation of such key issues demands impartial consideration of antagonical arguments, the adopted attitude as we develop this research can be considered contextualist; our primary objective is to refine these arguments in light of the current discussions to identify elements for a satisfactory explanation of that approach.

**Keywords:** inarticulated constituents, what is said, semantic content, Contextualism, Minimalism.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	10
<b>1 O PROBLEMA DOS CONSTITUINTES INARTICULADOS.....</b>	14
1.1 <i>Introdução.....</i>	14
1.2 <i>A tese de Stanley.....</i>	17
1.2.1 <i>A contra-proposta de Recanati.....</i>	19
1.2.2 <i>Objeções e respostas.....</i>	22
1.3 <i>A tese de Recanati.....</i>	25
1.3.1 <i>O problema da supergeração.....</i>	28
1.3.2 <i>Sobre livre-enriquecimento.....</i>	30
<b>2 SOBRE O QUE É DITO (WHAT IS SAID).....</b>	33
2.1 <i>Modulação de sentido.....</i>	33
2.1.1 <i>Recanati e os processos pragmáticos primários.....</i>	33
2.1.2 <i>Teoria da Relevância e conceitos ad hoc.....</i>	35
2.1.3 <i>Limites da abordagem semântica.....</i>	38
2.2 <i>Proposições intuitivamente expressas.....</i>	42
2.2.1 <i>O princípio de acessibilidade.....</i>	42
2.2.2 <i>Sobre as implicaturas.....</i>	45
2.3 <i>A relevância semântica d'o que é dito.....</i>	48
<b>3 SOBRE CONTEÚDO SEMÂNTICO.....</b>	55
3.1 <i>Conteúdo semântico e condições de verdade.....</i>	55
3.1.1 <i>O minimalismo de Cappelen e Lepore.....</i>	55
3.1.2 <i>As objeções de Bach.....</i>	61
3.1.3 <i>O minimalismo de Borg.....</i>	63
3.1.4 <i>O contextualismo radical de Travis.....</i>	66
3.1.5 <i>Condições de verdade livres.....</i>	68
3.2 <i>Conteúdo semântico e comunicação.....</i>	69
3.2.1 <i>Condições de verdade livres e condições de verdade intuitivas.....</i>	69
3.2.2 <i>O caráter psicológico das proposições mínimas.....</i>	71
3.2.3 <i>Proposições mínimas e comunicação.....</i>	72
3.2.4 <i>Objeções e respostas.....</i>	74
<b>CONCLUSÃO.....</b>	77
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	80

## INTRODUÇÃO

Ao longo das discussões em filosofia da linguagem encontramos autores como BACH (1994), SPERBER e WILSON (1986) e RECANATI (2002) que defendem que interpretações meramente semânticas são incapazes de determinar sozinhas aquilo que uma frase expressa; a fim de obter o sentido de uma frase, é necessário na grande maioria das vezes considerar fatores contextuais. A ideia subjacente aos argumentos dos autores citados é chamada de *teoria da subdeterminação semântica*. A presente dissertação tem como objetivo reconstruir partes específicas deste debate, especificamente no tocante ao papel do contexto na determinação do significado associado a um proferimento linguístico. Embora o tema tenha sido introduzido por KAPLAN<sup>1</sup> (1989) em seu tratamento das expressões indexicais, isto é, expressões cujo valor semântico é contextualmente determinado, o papel do contexto na determinação do significado tem ocupado as investigações linguísticas e filosóficas de modo a evidenciar formas de dependência contextuais que não reconduzem, *prima facie*, ao fenômeno da indexicalidade.

É neste último tipo de investigação em que se situa o ponto de partida de nossa investigação, a saber, o debate sobre a existência de *constituíntes inarticulados*. Sua existência, teorizada partir de PERRY (1986), foi introduzida com o intuito de explicar como um enunciado do tipo “está chovendo” pode ser utilizado para exprimir um conteúdo completo sobre o significado transmitido pelos constituintes explícitos do enunciado. O enunciado em questão pode ser utilizado a fim de comunicar *que chove em Recife*, supondo, por exemplo, que o falante, um estudante de Filosofia da Universidade Federal de Pernambuco, que depois de ter olhado pela janela da sala de aula, se dirige ao seu colega e profere o enunciado em questão. A estrutura sintática de “está chovendo” parece não conter nenhuma expressão que transmita informações acerca do local onde está chovendo. Apesar disto, consideraríamos estranho o seguinte diálogo no contexto previamente descrito:

---

<sup>1</sup> Kaplan tratou especificamente das expressões indexicais, mas o tema da subdeterminação semântica já era objeto de estudo de autores com WITTGENSTEIN, AUSTIN, SEARLE, e posteriormente, REICHENBACH e RUSSELL.

A: - Está chovendo.

B: - Onde?<sup>2</sup>

Exemplos deste tipo são a base da investigação dos constituintes inarticulados, isto é, dos constituintes da proposição intuitivamente expressa de um enunciado que não têm nenhuma contraparte sintática na forma lógica do enunciado considerado. Longe de ser unanimemente considerada uma explicação plausível e satisfatória do fenômeno identificado, a estratégia argumentativa que utiliza a introdução de entidades tais como constituintes articulados tem gerado um imenso debate, que permanece em aberto.

Essencialmente, existem dois modelos que explicam o fenômeno, a *abordagem semântica*, ou a *teoria das variáveis ocultas*, introduzida por STANLEY (2000) e a *abordagem pragmática*, baseada no processo de *enriquecimento livre*, proposta por RECANATI (2002a). O debate portanto se concentra em uma questão de natureza puramente empírica: *qual é a forma lógica de um enunciado como “está chovendo”?* Esta pesquisa configura a tentativa de responder a esta pergunta valendo-se das evidências linguísticas disponíveis; nesse sentido foram considerados os testes linguísticos propostos tanto por Stanley quanto por Recanati em defesa de suas respectivas teses:

- *Critério de vinculação*:  $x$  é um constituinte inarticulado se é vinculado um dos componentes da frase, isto é, se sua vinculação a um dos operadores alterar o sentido deste<sup>3</sup>.
- *Critério de opcionalidade*:  $x$  é um constituinte inarticulado se é opcional, ou seja, se for possível imaginar contextos nos quais sua ausência não impeça o proferimento de exprimir sua proposição completa<sup>4</sup>.

Tais critérios permitem a análise de um amplo conjunto de dados linguísticos. A relação entre este tipo de investigação empírica e uma questão filosófica diz respeito à relação entre análise semântica e dependência contextual; em outras palavras, o debate relativo ao problema dos constituintes inarticulados nos abre a possibilidade de questionar as diferentes formas pelas quais o contexto influencia o conteúdo expresso de nossos proferimentos.

---

2 Como veremos adiante, é possível imaginar contextos onde a pergunta não soaria estranha.

3 Cf. STANLEY, 2000, p. 410-411.

4 Cf. RECANATI, 2004, p. 101.

Nesse sentido, uma das questões a que procuramos nos ater é se os efeitos do contexto sobre as condições de verdade intuitivamente associadas aos nossos proferimentos são todos sintaticamente vinculados. A presente dissertação investigará efeitos contextuais que não parecem ser atribuídos à existência de um vínculo sintático. Vínculo linguístico, de um lado, e optionalidade, de outro, serão utilizados como critérios para reconduzir ou não o fenômeno de dependência contextual ao campo da Semântica ao invés de permanecer no raio de ação da Pragmática.

Uma vez analisada a discussão sobre constituintes inarticulados, passaremos à investigação de noções teóricas recorrentes nos debates sobre o tema: proposições semanticamente expressas ou *conteúdo semântico*; proposições intuitivamente expressas ou *conteúdo comunicado* (*what is said* e *what is implicated*, respectivamente). Nossa objetivo é destacar as principais características de tais noções, bem como suas relações mútuas, a fim de determinar seus respectivos papéis enquanto parte de um esclarecimento da relação entre a Semântica e a Pragmática. A perspectiva tradicionalmente adotada caracteriza-se por manter separadas considerações semânticas de nossos proferimentos das considerações que abordam as funções comunicativas por estes assumidas, e nesse sentido, reservamos uma atenção especial ao trabalho de limitação da Semântica realizada pelas “teorias minimalistas”<sup>5</sup>, que consiste, grosso modo, na separação da Semântica do âmbito eminentemente comunicativo.

Acreditamos que uma teoria geral da comunicação deve explicar as dinâmicas que não são imediatamente relacionadas e explicadas por processos de determinação de significados associados a expressões linguísticas individuais e de mecanismos composticionais que operam sobre estas. Estes mecanismos são estritamente ligados às intenções que orientam as interações linguísticas, bem como ao contexto conversacional no qual estas estão imersas, e portanto dependem de uma multiplicidade de fatores de natureza predominantemente pragmática.

A última parte da dissertação é dedicada à análise da noção de conteúdo semântico. Concentra-se na avaliação de abordagens alternativas sobre a questão de se o conteúdo semântico deve ser pensado da mesma forma que o conteúdo

---

<sup>5</sup> Cf. BORG (2004a); CAPPELEN e LEPORE (2005).

proposicional. Um dos aspectos mais interessantes do debate que orienta nossa investigação é sua ligação com a descrição psicológica dos mecanismos cognitivos que fundamentam as interpretações associadas a um proferimento. É a partir deste tipo de ligação que, na última parte deste trabalho, tentar-se-á vincular o papel de natureza eminentemente comunicativa à noção de conteúdo semântico. A questão aqui colocada é de se a noção de conteúdo semântico é uma noção puramente teórica ou exerce um papel efetivo no coração dos mecanismos da comunicação.

A divisão de capítulos deste trabalho permitirá a devida reconstrução dos argumentos supra-apresentados. O primeiro capítulo será dedicado à análise do debate sobre a existência dos constituintes inarticulados. Tal análise será realizada a partir da avaliação dos diferentes modelos explicativos, dando ênfase à investigação empírica referente a cada uma delas.

O segundo capítulo abordará a perspectiva meta-semântica descrita anteriormente com o intuito de identificar os componentes pragmáticos que parecem relacionar-se à descrição da noção *what is said*, bem como a análise da importância desta noção, da relação entre teoria semântica e teoria da comunicação.

Finalmente, o terceiro capítulo será dedicado à noção de conteúdo semântico e caracteriza-se pela tentativa de vincular uma reflexão teórica acerca de suas condições de possibilidade a uma análise dos elementos que demonstram sua alegada função comunicativa. Esperamos que, ao longo dos argumentos apresentados, seja possível uma defesa satisfatória das teses sobre subdeterminação semântica, ao menos uma explicação menos problemática do fenômeno da comunicação humana.

## 1 O PROBLEMA DOS CONSTITUINTES INARTICULADOS

### 1.1 Introdução

O problema dos constituintes inarticulados é apresentado no artigo “Thought Without Representation”, de PERRY (1986), que destaca a existência de um problema filosófico em relação a interações comunicativas do tipo: “É uma manhã de sábado chuvosa em Palo Alto. Planejei jogar tênis. Mas meu filho caçula olha pela janela e diz ‘está chovendo’. Volto a dormir”<sup>1</sup>. O que a interação acima parece caracterizar é a existência de uma discrepância entre as condições de verdade intuitivamente atribuídas ao proferimento do enunciado “está chovendo” no contexto descrito, e a estrutura sintática aparentemente associada ao enunciado, que proferido neste contexto é intuitivamente verdadeiro se e somente se estiver chovendo em Palo Alto. A referência a um lugar associado ao evento-chuva é a condição, segundo Perry, para a atribuição de condições de verdade ao proferimento em questão. Em outros termos, podemos dizer que a proposição intuitivamente expressa do proferimento no contexto em questão é que está *chovendo em Palo Alto*.<sup>2</sup> Todavia, a estrutura sintática do enunciado carece de um constituinte que veicule informações relativas à localização do evento-chuva, identificada neste contexto com Palo Alto. A estrutura sintática de “está chovendo” parece não possuir uma relação de total correspondência com a proposição por ela expressa, caracterizada pela presença de um *constituinte inarticulado*, ou pelo menos não articulado em relação a sua estrutura sintática.

Antes de nos ocuparmos do confronto entre as principais posições filosóficas referentes ao problema da existência de componentes proposicionais não articulados sintaticamente, faz-se necessário definir o significado da terminologia adotada. O uso da expressão *constituinte* em relação a componentes proposicionais nos compromete com uma concepção de proposições como *entidades estruturadas*, segundo a qual a proposição seria considerada como uma sequência ordenada de

---

<sup>1</sup> PERRY, 1986, p. 138, tradução nossa.

<sup>2</sup> A equivalência entre as formulações acima (“está chovendo” e “está chovendo em Palo Alto”) é justificada ao reconhecermos o portador de verdade (*truth-bearer*) na proposição expressa do proferimento “está chovendo”.

objeto e propriedades<sup>6</sup>. Um constituinte proposicional  $a_i$  seria identificado como um elemento (objeto ou propriedade) de uma n-upla relação ( $a_1, a_2 \dots a_n$ ) representando uma proposição. A simplicidade da definição deve contudo levar em conta que tal problema não é, a princípio, independente, e isto pode ser devidamente reformulado com a adoção de uma perspectiva alternativa quanto à natureza da proposição. Consideremos a tese de que as proposições são entidades não-estruturais, em uma situação contrafactual. Feita a hipótese, podemos reformular o problema em relação ao proferimento de “está chovendo” no contexto supracitado: a proposição intuitivamente expressa pelo proferimento está num mundo possível no qual chove em Palo Alto, apesar de não se identificar nenhum constituinte interno na estrutura sintática do enunciado que corresponda ao lugar *Palo Alto*.

Além disso, devemos considerar outras distinções, como a distinção entre *constituinte comunicativo* e *constituinte metafísico*.<sup>3</sup> Um constituinte é comunicativo se for parte da proposição que o falante pretende comunicar através de determinado proferimento e que seja necessário que seja identificado corretamente a fim de se obter a efetiva compreensão do proferimento emitido. No exemplo por nós utilizado, o local do evento-chuva, *Palo Alto*, é um *constituinte comunicativo* da proposição expressa no proferimento, visto que para compreender o que o falante pretende comunicar através de tal proferimento, é necessário identificar o local o qual o falante se refere implicitamente.

Por sua vez, um constituinte é considerado *metafísico* se transmite uma informação que não deve ser necessariamente elaborada a fim de compreender o que o falante pretende comunicar, mas que está metafisicamente conectada ao proferimento em questão.<sup>4</sup> Consideremos o enunciado “Maria está dançando”. É evidente que o ato de dançar não pode ser verificado independentemente de um espaço no qual o ato ocorre. Dançar é sempre *dançar em algum lugar*. Neste sentido podemos reconhecer que o ato de dançar seja metafisicamente conectado a um lugar. Não afirmaremos por isto que o proferimento do enunciado necessita de

---

6 Esta seria a concepção russelliana de proposição.

3 Cfr. RECANATI, 2002a, p. 9-11.

4 Neste caso, o uso do termo “constituinte” é em certa medida impróprio visto que não identifica um componente da proposição intuitivamente expressa do falante através de um certo proferimento, mas apenas um *corpus* de informação associado a esta.

uma identificação do local no qual Maria está dançando para que seja possível a compreensão do que o falante pretende comunicar.<sup>5</sup>

Vale ressaltar que a distinção entre constituinte comunicativo e constituinte metafísico não é exclusiva; um constituinte pode ser tanto comunicativo quanto metafísico. Se levarmos em consideração o nosso exemplo, fica claro que a localização do evento-chuva não apenas é requerida a fim de garantir a eficácia comunicativa do proferimento, mas também uma informação metafisicamente conectada à verificação do evento ocorrido. Limitemos, entretanto, nossa atenção apenas aos constituintes comunicativos, sejam eles metafísicos ou não, ao tentar responder se podem ser inarticulados.

A esta altura faz-se necessário o aprofundamento da noção de *articulação*. Podemos identificar dois níveis de articulação relativos a um constituinte: *articulação com a estrutura gramatical* de um enunciado e *articulação com a forma lógica* deste. A forma lógica de um enunciado pode não corresponder à sua estrutura gramatical superficial, visto que pode conter constituintes não-efetivos fonologicamente.<sup>6</sup> Consideremos que o enunciado “*Maria está dançando e cantando enlouquecidamente*” exprime intuitivamente a proposição de que *Maria está dançando freneticamente* e de que *Maria está cantando com entusiasmo*. Evidentemente o sujeito da segunda parte da proposição não está foneticamente articulado, isto é, não está presente na estrutura gramatical superficial do enunciado, mas é parte da forma lógica do enunciado. Diremos que *Maria* é um constituinte *fracamente inarticulado*, visto que apesar de ser foneticamente inarticulado, é articulado à forma lógica da frase. Um constituinte é *fortemente inarticulado* se é inarticulado gramatical e logicamente.<sup>7</sup>

Adotando a definição proposta por STANLEY (2002), diremos que uma entidade *e* é um constituinte inarticulado em relação a um proferimento *u*<sup>8</sup> do enunciado *S*<sup>9</sup> se e somente se satisfaz as seguintes condições:

---

5 Cf. TAYLOR, 2001, p. 53-54.

6 STANLEY, 2000, p. 391-392.

7 Doravante, utilizaremos a expressão “constituinte inarticulado” para nos referir exclusivamente a constituintes fortemente inarticulados. Vale ressaltar que em nossa investigação sobre a existência de constituintes inarticulados, nos vamos nos ater aos constituintes proposicionais que são ao mesmo tempo comunicativos e fortemente inarticulados.

8 de *utterance*.

9 de *statement*.

- i. *e* é um constituinte da proposição que um falante competente, em circunstâncias normais, considera como parte da proposição intuitivamente expressa de *u* (isto é, *e* é um constituinte comunicativo).
- ii. *e* não é o valor de algum constituinte da forma lógica de *S*.<sup>10</sup>
- iii. *e* não é produto das regras compostionais, independentes do contexto, dos constituintes da forma lógica de *S*.<sup>11</sup>

## 1.2 A tese de Stanley

A tese sustentada por Stanley é que *não existem constituintes inarticulados*. Os exemplos citados em defesa da existência de tais constituintes são casos de *constituintes fracamente inarticulados*, articulados em nível de forma lógica mas não em nível fonológico. A forma lógica de tais enunciados é caracterizada pela presença de *variáveis ocultas*, cujo valor semântico é contextualmente determinado, e este valor fornece à proposição intuitivamente expressa pelo enunciado aquilo que é erroneamente considerado como inarticulado.

Levemos em conta tais considerações ao proferimento de “está chovendo” no contexto previamente descrito. A explicação do fato de que a proposição intuitivamente expressa do enunciado seja que está *chovendo em Palo Alto* levaria em conta a existência de uma variável contida em sua forma lógica, cujo valor semântico, contextualmente designado, corresponda ao local do evento-chuva, neste caso, *Palo Alto*.<sup>12</sup>

A identificação de variáveis ocultas na forma lógica de enunciados como o supracitado é justificada por razões independentes do problema da existência de constituintes inarticulados, mas aparenta uma solução *ad hoc*. A este propósito Stanley fornece uma indicação metodológica a fim de regulamentar a introdução de um elemento foneticamente inarticulado na estrutura sintática de um enunciado<sup>13</sup>: um elemento foneticamente inarticulado se encontra na forma lógica do enunciado

<sup>10</sup> Repare que as condições (ii) e (iii) se referem à necessidade de que *e* seja um constituinte fortemente inarticulado.

<sup>11</sup> Cf. STANLEY, 2002, p. 150.

<sup>12</sup> Stanley defende que “está chovendo” esteja associada a *f(x)* e *g(y)*, onde *f* e *g* cumprem funções “genéricas” de identificação de tempo e espaço, e *x* e *y* sejam seus respectivos valores. Um contexto apropriado designará a *x* um tempo e a *y* um lugar. Enquanto utilizado para comunicar a proposição de que está *chovendo em Palo Alto*, a forma lógica da frase seria “está chovendo *f(x)g(y)*”, que no contexto considerado pode ser traduzido como “está chovendo (agora, *Palo Alto*)”. Sobre isto, cf. STANLEY, 2000, p. 416-417.

<sup>13</sup> Cf. STANLEY, 2002, p. 152.

proferido se houverem elementos além da intuição que justifiquem a existência de um constituinte deste tipo, de modo que a melhor explicação para o fenômeno seja sua existência.

A defesa feita por Stanley quanto à existência de variáveis ocultas na forma lógica do enunciado em relação ao problema dos constituintes inarticulados consiste no fenômeno da *leitura vinculante* (*binding reading*). Consideremos o enunciado “Chove toda vez que João acende seu cigarro”, Sua interpretação natural parece ser “em um instante  $t$  em que João acende seu cigarro, chove no instante  $t$ , no local onde João acende seu cigarro”. A leitura do enunciado parece reconhecer a presença de uma variável cujo valor é o local do evento-chuva, que pode ser aplicada (vinculada) ao quantificador “Toda vez que”. Somente referindo-se à existência de tal variável, sustenta Stanley, podemos obter a leitura acima, isto é, a interpretação natural do enunciado, a qual parece ser intuitivamente inquestionável. Ora, se reconhecemos que a forma verbal “chove” seja sintaticamente relacionada a uma variável de lugar  $l$ , tal caracterização sintática deverá ser analogamente reconhecida por qualquer instância do verbo *chover*. O valor da variável de lugar  $l$  será contextualmente determinado, como em “está chovendo”, ou vinculado a um quantificador, como no exemplo atual.<sup>14</sup>

A existência de variáveis ocultas na forma lógica de enunciados do tipo “está chovendo” é, segundo Stanley, motivada através da adoção de um *critério de vinculação* (*Binding Criterion*), que consiste na ideia de que um constituinte da proposição intuitivamente expressa do enunciado proferido é inarticulado se puder ser vinculado ou variar o valor da proposição vinculando-se a um operador. Considerando a indicação metodológica do autor, tal critério nos permite reconhecer a existência de variáveis ocultas na forma lógica; uma vez que o fenômeno da leitura vinculante não é objeto de melhores explicações, a existência de tais variáveis pode ser explicada a partir de evidências de natureza exclusivamente sintática. Stanley sustenta que o fenômeno da leitura vinculante representa uma evidência inquestionável do gênero em questão.

---

14 A forma lógica associada de um enunciado complexo como “Chove toda vez que João acende seu cigarro” seria “acende (João, seu cigarro,  $t$ ) \rightarrow chove  $f(t)g(t)$ ”, onde  $f$  identifica o instante  $t$  e  $g$  designa o lugar onde João acende seu cigarro naquele instante. Assim, “ $t$  [acende (João, seu cigarro,  $t$ ) \rightarrow chove (*no instante t, no local onde João acende seu cigarro no instante t*)].

A questão que nos ocorre imediatamente seria se o fenômeno da leitura vinculante representa realmente uma evidência sintática da existência de variáveis ocultas nos enunciados considerados; em outras palavras, temos de decidir se a leitura vinculante satisfaz efetivamente a condição imposta por Stanley em sua hipótese de trabalho, ou se ela não pode fornecer uma explicação satisfatória a menos que assuma a existência de variáveis ocultas na forma lógica do enunciado que sugere tal leitura. Para isto Recanati nos oferece uma perspectiva alternativa sobre o fenômeno, como veremos a seguir.

### 1.2.1 A contra-proposta de Recanati

Recanati oferece uma explicação alternativa para a leitura vinculante de Stanley, de maneira a explicar este fenômeno sem postular a presença de variáveis ocultas na forma lógica do enunciado. Consideremos novamente o enunciado “Chove toda vez que João acende um cigarro”. O objetivo do autor é explicar a leitura vinculante “em um instante  $t$  em que João acende seu cigarro, chove no instante  $t$ , no local onde João acende seu cigarro”, sem inserir na forma lógica do enunciado “chove” alguma variável oculta. A explicação apresentada por Recanati fundamenta-se na noção matemática de função  $n$ -ária ( $f : R^n \rightarrow R^{n \pm n}$ ), entendida como qualquer função entre relações  $R$  tal que a relação de saída (o valor da função) seja diferente da relação de entrada (o argumento da função) no que concerne à sua *aridade*<sup>15</sup>. A aridade da relação de entrada pode aumentar ou diminuir, como nos casos de passagem da voz ativa para a voz passiva de um predicado, onde o argumento correspondente ao sujeito da voz ativa é suprimido (ou seja, a aridade da relação diminui): *João beija Maria* → *Maria é beijada*. Limitar-nos-emos às funções aditivas, isto é, onde há um aumento na aridade da função. Para tal, utilizaremos a família de operadores *Circ*, cujos membros representam uma função variádica aditiva<sup>16</sup>.

A ideia é que se aplicarmos um operador *Circ* a um predicado, estaremos vinculando a este um novo valor (isto é, adicionando) *circunstancial* (um tempo, um lugar, um modo, etc.). Um operador *Circ* não apenas altera a aridade do predicado

15 A aridade de uma relação é o número  $n$  de elementos que compõem as  $n$ -uplas ordenadas pertencentes à relação.

16 RECANATI, 2002a, p.29.

no qual opera como também fornece o valor do novo elemento ao argumento introduzido. O enunciado “João está jantando em Paris”<sup>17</sup> pode ser caracterizado pelo operador  $\text{Circ}_{\text{lugar: Paris}}$ , que atua sobre o predicado “está jantando” aumentando sua aridez, ou transformando-o em predicado binário:

$$\text{Circ}_{\text{lugar: Paris}}(\text{está jantando}, \text{João}) = \text{está jantando}(\text{João}, \text{em Paris}).$$

Neste caso (na adição do  $\text{Circ}_{\text{lugar: Paris}}$  ao argumento “Paris”), o operador introduz um segundo argumento ao predicado unitário “está jantando”, adicionando seu valor (um lugar) àquele tempo determinado (o presente).

Uma vez explicada a noção de função n-ária, podemos perguntar de que modo a referência a tal noção pode explicar a leitura vinculante. Recanati sugere que a expressão “toda vez que João acende seu cigarro” contida na estrutura de “Chove toda vez que João acende seu cigarro”, parece estar vinculada tanto ao tempo quanto ao lugar do evento-chuva; ao mesmo tempo cumprindo o papel de um operador de caráter temporal ( $\text{Circ}_{\text{tempo: no instante } t \text{ no qual João acende seu cigarro}}$ ) e informando o local do evento descrito em “chove” ( $\text{Circ}_{\text{lugar: No local / em que João acende seu cigarro no instante } t}$ ). Negaremos o tratamento de expressões temporais como *operadores variáveis*, focando-nos na ideia de que a expressão “toda vez que João acende seu cigarro” fornece a “chove”, atribuindo-lhe a localização. A aplicação ao enunciado “chove” do operador  $\text{Circ}_{\text{local: o instante } t \text{ no qual João acende seu cigarro}}$  nos leva ao aumento na aridez do predicado “chove”, fornecendo ao tempo o valor de argumento introduzido através de tal aumento:

$$\text{Circ}^{\text{lugar: O instante } t \text{ no qual João acende seu cigarro}}(\text{chove}) = \text{chove}(\text{no local no qual João acende seu cigarro em } t)$$

A principal consequência da adoção de tal abordagem à leitura vinculante é à possibilidade de explicar a interpretação de um enunciado como “Chove toda vez que João acende seu cigarro”, ou sua leitura vinculante, sem a necessidade de postular a existência de variáveis ocultas na forma lógica de “chove”, nos casos em que isto não esteja implícito. A forma lógica de “chove” aplicável ao operador  $\text{Circ}_{\text{lugar: o instante } t \text{ em que João acende seu cigarro}}$  não contém nenhuma variável oculta que transmita informações relativas à localização do evento-chuva. Isto é, “chove” é um predicado

---

<sup>17</sup> *Ibid.*, p. 27.

de zero-argumentos e quando aplicamos-lhe a função variável supracitada, obtemos um predicado de 1 argumento (“chove em”), isto é, há um aumento na aridade.

De acordo com tais considerações, Recanati expõe uma falácia no argumento através do qual Stanley reconhece a existência de variáveis ocultas na forma lógica de enunciados como “chove”. Este *argumento de vinculação* pode ser formulado da seguinte maneira:

- i. Os defensores da teoria dos constituintes inarticulados alegam que a proposição intuitivamente expressa de algum proferimento do enunciado “chove” contém um constituinte inarticulado, não articulado no nível da forma lógica do enunciado.
- ii. O enunciado “Chove toda vez que João acende um cigarro” é sujeito a uma leitura vinculante.
- iii. Para que possa existir tal leitura é necessário que exista uma variável vinculada.
- iv. Além disso, a forma lógica do enunciado “chove” possui uma variável para a localização do evento-chuva.
- v. Portanto, os defensores da teoria dos constituintes inarticulados estão errados: a localização do evento-chuva é um constituinte articulado da proposição intuitivamente expressa por qualquer proferimento de “chove”.

A falácia é identificada por Recanati em *iv*, pela ambiguidade da expressão *enunciado “chove”*: Stanley se refere ao enunciado “chove” da expressão quantificada “Chove toda vez que João acende um cigarro”, vinculando-lhe a localização do evento-chuva ou ao enunciado “chove” isoladamente?

Consideremos as duas possibilidades. Se “chove” foi considerada isoladamente, a partir da proposta de função n-ária, *iv* não pode se seguir de *ii* e *iii*. Se Stanley se referiu ao enunciado complexo (“Chove toda vez que João acende um cigarro”), a conclusão (*v*) só pode se seguir das premissas (*i* a *iv*) se *iv* for interpretada de maneira forte, atribuindo-lhe o poder de transmitir a ideia de que a localização do evento-chuva seja parte da forma lógica de “chove” *inclusive* proferida isoladamente. Para que isto seja possível, Stanley deve apelar implicitamente para uma premissa do tipo: “No enunciado ‘Chove toda vez que João acende um cigarro’, o enunciado implícito sobre qual opera o quantificador ‘toda vez que João acende um cigarro’ é o enunciado “chove” que pode ser proferido isoladamente (e cuja interpretação natural comporta referência ao contexto)”.

Tal premissa não é compatível com uma análise do exemplo utilizado em termos de função n-ária, visto que de acordo com tal análise a expressão quantificada fornece não apenas o vínculo com uma variável de lugar, mas também a própria variável e seu valor.

A tese de Stanley de que a leitura vinculante representa uma evidência sintática pela introdução de variáveis ocultas na estrutura interna de enunciados do tipo “está chovendo”, revela-se portanto enfraquecida. Uma análise em termos de função n-ária oferece entretanto uma explicação satisfatória do fenômeno examinado, sem introduzir complicações sintáticas. O método proposto por Stanley, fundado sobre o critério de vinculação aparenta não respeitar sua própria hipótese de trabalho. Existem inclusive outras objeções referentes ao critério de vinculação, o que analisaremos nos parágrafos a seguir.

### 1.2.2 Objeções e respostas

Uma das principais objeções quanto aos *critérios de vinculação* diz respeito às suas (brandas) condições de aplicabilidade<sup>18</sup>. Segundo CAPPELEN e LEPORE (2002), tais condições nos levariam a considerar variáveis ocultas desnecessariamente: Sendo Maria uma antropóloga que investiga a universalidade de verdades matemáticas e que afirma que “2+2=4 em qualquer lugar onde se vá”, a interpretação natural deste proferimento seria “em qualquer lugar x no qual Maria esteja, 2+2=4”. Se adotássemos o critério de vinculação proposto por Stanley, deveríamos introduzir à forma lógica do enunciado “2+2=4” a variável de lugar “em x”, o que não parece sustentável em proposições matemáticas. Assim, o critério de vinculação não pode ser considerado confiável a fim de verificar a articulação sintática de um constituinte proposicional.

A resposta de Stanley a esta objeção identifica um ponto fraco no argumento de Cappelen e de Lepore: a interpretação do proferimento por eles considerada está longe de ser natural: “O fato de que alguém equivocadamente acredite que uma frase possui determinada interpretação não implica no fato de que a frase possua tal interpretação”<sup>19</sup>. O critério de vinculação permite oferecer uma explicação sintática a fenômenos semânticos como a leitura vinculante; no caso considerado, não há uma

---

18 CAPPELEN; LEPORE, 2002, p. 273.

19 STANLEY, 2005a, p. 29, tradução nossa.

leitura vinculante que seja semanticamente relevante e que necessite explicações em termos de variáveis ocultas em sua forma lógica. Em outras palavras, o local onde se proferiu “ $2+2=4$ ” não faz parte da proposição intuitivamente expressa por nosso exemplo, e não há obrigação de relacionar-se com o quantificador da frase. O critério de vinculação portanto não pode ser aplicado à interpretação fornecida por Cappelen e Lepore, visto que esta não representa a proposição intuitivamente expressa pelo proferimento de Maria. As condições de aplicabilidade do critério de vinculação permitem excluir casos como este.

Um argumento análogo é utilizado por Stanley para responder à Recanati (2004). Dado o enunciado “Bruno é vegetariano, mas toda vez que sua mãe prepara costela, ele come”. Recanati alega que a interpretação natural do enunciado sugere que Bruno *come a costela que sua mãe preparou*. A forma lógica do enunciado “ele come”, considerada isoladamente, não contem variáveis relacionadas ao que se come, isto é, a semântica do verbo “comer” não necessita especificações contextuais daquilo que é comido. Se adotássemos o critério de vinculação, teríamos que adicionar à forma lógica do enunciado “ele come” uma variável para o que está sendo comido, e sendo tal medida indesejável, restaria-nos refutar o critério de vinculação<sup>20</sup>.

Stanley, contudo, argumenta que as conclusões obtidas por Recanati fundamentam-se no uso incorreto da noção de “proposição intuitivamente expressa”, visto que a proposição expressa por “ele come” seria “ele come *qualquer coisa*”. Naturalmente, diante de um proferimento como este, somos levados a assumir que Bruno come a costela preparada por sua mãe, mas tal *pressuposição* não deve ser confundida com o conteúdo intuitivamente expresso pelo proferimento; este conteúdo é derivado de presunções sobre nossos hábitos alimentares, por exemplo, e tais pressuposições não são necessariamente transmitidas pela proposição intuitivamente expressa de um enunciado. O fato de que a mãe de Bruno não seja uma alienígena por exemplo faz parte de nossas pressuposições, mas seria absurdo considerá-la parte da proposição intuitivamente expressa por “Bruno é vegetariano, mas quando sua mãe prepara costela, ele come”<sup>21</sup>. Embora Recanati não deixe totalmente claro porque a interpretação de Stanley não pode ser considerada

---

20 RECANATI, 2004, p. 106-107.

21 STANLEY, 2005a, p. 32-35.

intuitivamente expressa pelo exemplo acima, ele chama atenção quanto a necessidade de um critério para distinguir pressuposições e conteúdo intuitivamente expresso pelo enunciado.

O teste que Stanley toma de MARTÍ (2006) consiste em negar o conteúdo que se presume ser parte da proposição intuitivamente expressa pelo proferimento. Se não se puder negar a asserção negando o conteúdo que se supõe ser parte dela, este deverá ser considerado um pressuposto de fundo. Considerando nosso exemplo,

A: - Toda vez que sua mãe prepara costela, ele come.

B: - Mentira, Bruno come brócolis quando sua mãe prepara costela<sup>22</sup>.

É claramente perceptível que não é possível negar a asserção de A a partir do fato de que João come brócolis ao invés de costela sempre que sua mãe prepara este prato. Se o teste adotado fornece um critério confiável para distinguir conteúdo proposicional intuitivamente expresso de pressuposições de fundo, concluimos que a informação de que Bruno come a costela que sua mãe prepara (sempre que sua mãe prepara costela) deve ser considerada uma pressuposição de fundo. A fim de garantir a confiabilidade do teste, Stanley o aplica a outro enunciado:

A: - Chove toda vez que João acende seu cigarro.

B: - Não é verdade – também chove em outros lugares.

O exemplo mostra que é possível negar A sem prejudicar a comunicação, isto é, o fato de chover em outros lugares além do local onde João se encontra fumando não possibilita o fato de que chove toda vez que João acende seu cigarro, diferente do primeiro exemplo.

Se aceitamos a validade do teste de Martí, devemos reavaliar a objeção feita pelo exemplo de Recanati. A distinção entre pressuposição de fundo e conteúdo intuitivamente expresso permite Stanley tratar o exemplo considerado como contendo uma pressuposição que não deve ser considerado como parte da proposição intuitivamente expressa. Nesse sentido, o exemplo não pode ser considerado um caso no qual existe uma leitura vinculante a ser obtida através da aplicação do critério de vinculação. O *corpus* informacional que um falante competente pode derivar a partir de um ato comunicativo depende de uma

---

<sup>22</sup> *Ibid.*, p. 34.

multiplicidade de fatores contextuais *latu sensu*, ou de um *background* sócio-cultural no qual o ato comunicativo está inserido. Seria insensato considerar que seja competência da semântica dar conta de um tal *corpus*<sup>23</sup>.

Em ZEMAN (2010), entretanto, encontramos exemplos que parecem questionar a defesa da confiabilidade do critério de vinculação através do teste de Martí. Dado o enunciado “João usa um chapéu onde quer que esteja”. A presença de uma leitura vinculante deste enunciado nos leva, através do critério de vinculação, à introdução de uma variável oculta em sua forma lógica: “Em um lugar *x* em que João esteja, ele usa um chapéu em *x*”. Tal introdução parece ser resultado da aplicação de um princípio incorreto, visto que a introdução de uma variável de lugar pelo predicado “ele usa” parece ser completamente *ad hoc*, a menos que se queira sustentar que todos os predicados que descrevem eventos espaciais possuem tal argumento e que uma vez que o lugar é um constituinte metafísico da proposição expressa, deva haver uma variável oculta.

Fica a pergunta se o uso do teste de Martí realmente permite a Stanley confrontar este exemplo, negando que sua interpretação seja realmente aquela intuitivamente expressa. Vejamos:

A: - João usa um chapéu onde quer que esteja.

B: - Não é verdade, João usa um chapéu somente quando vai ao cinema.

A cancelabilidade da informação de que João usa um chapéu *em um lugar x em que João esteja* permite considerar tal informação como parte do conteúdo intuitivamente expresso do enunciado em questão. Do ponto de vista de Stanley, sua interpretação é semanticamente relevante, e requer a aplicação do critério de vinculação. O exemplo de Zeman portanto permite levantar suspeitas sobre a confiabilidade deste critério.

### 1.3 A tese de Recanati

A posição de Recanati quanto aos constituintes inarticulados se fundamenta em uma “abordagem pragmática”, que consiste na defesa de processos de natureza pragmática, não veiculados linguisticamente, capazes de contribuir na proposição intuitivamente expressa de proferimentos do tipo “está chovendo”. Tal contribuição

---

23 *Ibid.*, p. 35.

portanto não se encontraria na forma lógica do enunciado, assumindo assim a natureza de constituintes proposicionais *fortemente inarticulados*.

A fim de analisar a proposta, faz-se necessário introduzir a distinção entre processos *pragmáticos obrigatórios* enquanto veiculados linguisticamente, e processos *pragmáticos opcionais*<sup>24</sup>. Os processos pragmáticos do primeiro tipo são de caráter *bottom-up*, isto é, não são apenas transmitidos, mas também obrigatórios, dada a existência de determinadas expressões linguísticas (indexicais e variáveis ocultas, por exemplo) na forma lógica do enunciado. A designação de um valor semântico a tais expressões chama-se *saturação*, e pode ser resultante de um processo exclusivamente pragmático fornecido por uma regra linguística.

Os processos opcionais são totalmente determinados por razões pragmáticas, e é nesse sentido que Recanati define-os como processos *top-down*, ou *contextuais* (*context-driven*). São considerados opcionais visto que, não sendo linguisticamente determinados, podem não ter lugar em um contexto conversacional nem ter sua presença requerida. A designação de valores a processos opcionais é por Recanati denominada *livre-enriquecimento*, e consiste na especificação da proposição intuitivamente expressa pelo proferimento em um dado contexto. Um exemplo de livre-enriquecimento seria “Maria pegou a chave e abriu a porta”<sup>25</sup>, no qual a interpretação intuitiva do segundo período da oração seria que Maria abriu a porta com a chave mencionada no primeiro período. Embora não seja uma interpretação explicitamente articulada, esta representa a proposição intuitivamente expressa pelo enunciado.

O processo de livre-enriquecimento pode ser caracterizado de duas maneiras diferentes:

- *Semanticamente*, como um mecanismo através do qual algum constituinte da proposição intuitivamente expressa do proferimento é fornecido contextualmente;
- *Sintaticamente*, como um processo que contribui em termos de *representação* da proposição intuitivamente expressa e não dos constituintes da mesma.

A concepção sintática adotada por Recanati considera o processo de especificação característico do livre-enriquecimento enquanto atuando em nível de

---

24 RECANATI, 2002a, p. 6-7.

25 *Id.*, 2004, p. 24-25.

expressão e não em nível de *proposição*. A diferença é relevante visto que a primeira é de natureza linguística, o que não é o caso da segunda entidade. O caso da concepção sintática de livre-enriquecimento só opera de maneira mediada na especificação da proposição intuitivamente expressa do proferimento: há um enriquecimento da representação linguística do proferimento através da introdução de novas expressões que torna explícita a proposição expressa.

A adoção de uma concepção sintática permite tratar a leitura vinculante do enunciado como “chove toda vez que João acende um cigarro” combinando a necessidade de considerar a existência de variáveis vinculadas na expressão quantificada “toda vez que...” com o reconhecimento de seu caráter opcional. Portanto permite a admissão de variáveis vinculadas que se relacionam à interpretação intuitiva do proferimento em questão sem nos levar a exigir que tais variáveis se encontrem na forma lógica<sup>26</sup>. O resultado do livre-enriquecimento concebido sintaticamente é representado como constituintes inarticulados enquanto tomados como entidades linguísticas, ou de expressões linguísticas que enriquecem a representação do proferimento considerado, podem ser variáveis vinculadas<sup>27</sup>.

Sintatica ou semanticamente, o livre-enriquecimento é opcional, sendo de caráter eminentemente pragmático. Sendo tal processo responsável pela introdução, mediata ou não de constituintes inarticulados na estrutura interna da proposição intuitivamente expressa, Recanati propõe, a fim de estabelecer o caráter inarticulado de um constituinte proposicional, o *critério de opcionalidade*: um constituinte é fortemente inarticulado se é *opcional*, isto é, se é possível imaginar contextos no qual a ausência do constituinte não impede que o proferimento de um enunciado exprima uma proposição completa.

Consideremos o enunciado “está chovendo”, e perguntemos se é possível imaginar um contexto no qual seu proferimento exprima intuitivamente uma proposição completa, sem que o contexto forneça a localização do evento-chuva. Sendo possível identificar tal contexto, o critério de opcionalidade nos obriga a considerar a localização do evento-chuva como um constituinte fortemente inarticulado enquanto opcional. Recanati propõe o seguinte experimento<sup>28</sup>:

---

26 Retomaremos a este tema no próximo capítulo.

27 Cf. RECANATI, 2002a, p. 50-55.

28 *Id.*, 2006, p. 6, tradução nossa.

Posso imaginar uma situação na qual a chuva tenha se tornado extremamente rara e importante, e detectores de chuva tenham sido colocados sobre todo o território (qualquer que seja este – possivelmente a Terra inteira). Neste cenário, quando detecta chuva, cada detector dispara um alarme na Sala de Monitoramento. Apenas um alarme tocou; a localização de tal detector é indicado por uma luz em um painel da Sala de Monitoramento. Após semanas de seca, o alarme dispara na Sala de Monitoramento. Ouvindo isto, o meteorologista de plantão na sala ao lado grita “Está chovendo!”. Seu proferimento é verdadeiro se e somente se estiver chovendo (no momento do proferimento) em algum lugar.

O proferimento “está chovendo” expressa uma proposição completa apesar do contexto não fornecer nenhuma localização relevante para o evento-chuva. A aplicação do critério de optionalidade neste caso permite-nos concluir que o predicado “chover” deve ser tratado semanticamente como um predicado de zero-argumentos, cuja estrutura não envolve nenhuma variável de lugar. A razão pela qual em diversas ocasiões de uso, “está chovendo” refere-se a localização do evento-chuva, expressando intuitivamente uma proposição que contém uma localização contextualmente fornecida, é de natureza pragmática, não semântica.

### 1.3.1 O problema da supergeração

Uma das principais objeções na discussão sobre a abordagem pragmática ao problema dos constituintes inarticulados é a impossibilidade de fundamentar, de um ponto de vista teórico, a existência de vínculos na aplicação efetiva do processo de *livre-enriquecimento* a alguns de nossos proferimentos.

A falta de uma especificação clara quanto às condições de aplicabilidade do livre-enriquecimento aos nossos proferimentos, os torna potencialmente livres de restrições. Ao contrário, a prática linguística parece demonstrar limitações que não permitem, em alguns casos, a intervenção de processos pragmáticos na determinação das proposições intuitivamente expressas pelos enunciados. O defensor do livre-enriquecimento deve portanto lidar com a lacuna entre teoria e prática linguística.

O ponto de partida de tal crítica é apresentado por evidências linguísticas mostradas por Stanley (2002). Suponhamos estar em uma festa onde conhecemos e estimamos todos os convidados. Dois deles discutem a possibilidade de extender seu convite a Maria, uma excêntrica amiga em comum, mas um deles se mostra

preocupado com a possibilidade da personalidade de sua amiga constranger os demais; o outro amigo o tranquiliza: “todos amam Maria!”<sup>29</sup>. Embora os participantes da conversação saibam que todos os convidados amam suas respectivas mães, a proposição intuitivamente expressa pela frase “todos amam Maria” não pode ser identificada com a proposição comunicada por “todos amam Maria e também amam a própria mãe”.

Um tal contexto entretanto não é pertinente ao problema da *supergeração* do livre-enriquecimento, visto que este, por não estar comprometido com a existência de limitações linguísticas, é estritamente relacionada a limitações de caráter pragmático. O contexto conversacional deve enriquecer suficientemente a proposição expressa a fim de que a comunicação seja bem-sucedida. Por conta disso, fica claro que o contexto descrito acima não satisfaz tal requisito, não havendo nenhuma motivação pragmaticamente relevante para entender o proferimento de “todos amam Maria” como comunicando “todos amam Maria e também amam a própria mãe”.

O que preocupa Stanley é a possibilidade de encontrar um contexto cujo proferimento do primeiro enunciado pode ser utilizado para comunicar a proposição do segundo. Tal contexto deve permitir a comunicação de “todos amam Maria e também amam a própria mãe” sem contudo caracterizar uma implicatura conversacional griceana<sup>30</sup>. Se for impossível encontrar tal contexto, de acordo com Stanley, devemos concluir que o processo de livre-enriquecimento não é um processo pragmático que podemos utilizar em nossa comunicação<sup>31</sup>.

Imaginemos uma conversação sobre o amor dos participantes por suas respectivas mães, que concordam que Maria, uma amiga em comum, possui traços maternais: é cuidadosa, afetuosa, protetora, etc. Diante de tal situação, João afirma: “Maria é uma mãe; todos a amam!”. Seria este um caso no qual este proferimento expressa intuitivamente “todos amam Maria e também amam a própria mãe”?

A resposta é negativa: a segunda proposição é efetivamente comunicada no contexto em questão, mas não pode ser identificada com o que foi expressado pela

29 STANLEY, 2002, p. 165.

30 Uma *implicatura* (ou *implicitação*) conversacional é a omissão de elementos sintáticos que seriam naturalmente inferíveis pelo ouvinte, sendo assim um fenômeno intimamente ligado às intenções do falante.

31 *Ibid.*, p. 166.

primeira proposição; este é um caso de implicatura conversacional griceana. Os participantes são conscientes que a proposição de que *todos* (os presentes) *amam Maria* e diante da aparente transgressão das máximas conversacionais, reagem inferindo *todos* (os presentes) *a amam e também amam suas próprias mães*. A comunicação da segunda proposição é portanto um processo distinto, não relacionado ao livre-enriquecimento. O exemplo de Stanley mostra que a postulação teórica de processos pragmáticos como o livre-enriquecimento, em contraste com as evidências linguísticas apresentadas, resulta ser injustificada e portanto deve ser descartada.

Existem duas respostas que um defensor do livre-enriquecimento pode oferecer ao argumento da supergeração: a apresentação de um caso no qual o proferimento de “*todos amam Maria*” pode expressar intuitivamente “*todos amam Maria assim como sua própria mãe*”, ou identificar limites nas condições de aplicabilidade de tal processo que possam explicar porque um enunciado não pode expressar um outro mesmo em um contexto adequado. Ocupar-nos-emos a seguir deste segundo caso.

### **1.3.2 Sobre livre-enriquecimento**

O processo de livre-enriquecimento descrito por HALL (2008) consiste em um processo essencialmente local; agindo portanto a nível subproposicional, modificando a interpretação semântica de elementos simples, linguisticamente codificados, através do enriquecimento dos constituintes proposicionais. Analisemos os exemplos:

- i. Não tenho nada para vestir (adequado para a ocasião).
- ii. Passou-se (muito) o tempo.
- iii. Todos (os alunos) estão atrasados.
- iv. O (cliente que pediu) sanduíche de presunto saiu sem pagar.

O livre-enriquecimento é local na medida que torna a proposição intuitivamente expressa pelo proferimento capaz de gerar as implicaturas desejadas pelo falante. Imaginemos que o dono de uma lanchonete profira “O sanduíche de presunto saiu sem pagar”, dirigindo-se a um dos garçons. A implicatura pretendida pelo falante é de que o garçom deve alcançar o (e cobrar ao) cliente. Pelo fato da

implicatura poder ser inferida do proferimento do enunciado acima, a proposição intuitivamente expressa do mesmo deve referir-se ao cliente, e não ao sanduíche. O processo de livre-enriquecimento torna-se requerido, portanto, para a geração da implicatura em questão.

A partir de Hall, podemos então identificar restrições na aplicabilidade do livre-enriquecimento, a saber,

- i. *Restrição de razão suficiente*: a aplicação do livre-enriquecimento deve ocorrer pela exigência de garantir à implicatura pretendida pelo falante a possibilidade de utilizar a proposição intuitivamente expressa do proferimento como premissa.
- ii. *Restrição mínima*: a proposição P intuitivamente expressa de um proferimento u de um enunciado S deve resultar de um processo de livre-enriquecimento de componentes proposicionais a partir da forma lógica de S. Isto é, os constituintes proposicionais que representam os valores semânticos dos constituintes da forma lógica de S devem ser preservados.
- iii. *Restrição instrumental*: a proposição P intuitivamente expressa por um proferimento u de um enunciado S não pode ser puramente inferencial, mas através de um processo combinado de decodificação linguística e atividade inferencial.<sup>32</sup>

Repare que a restrição instrumental permite distinguir o fenômeno pragmático do livre-enriquecimento da implicatura griceana.<sup>33</sup> Diante do exemplo

A: - Quer café?

B: - Café tira meu sono.

Podemos questionar porque

B': - Não quero café, porque café tira meu sono.

não é a proposição intuitivamente expressa pelo proferimento de B. A proposição B' parece respeitar a restrição mínima imposta ao livre-enriquecimento, sendo um enriquecimento do proferimento de B que preserva os constituintes proposicionais e as contrapartes sintáticas deste; em um contexto apropriado, B' pode ser comunicada através da fala de B. Consideremos o processo envolvido na identificação de B' como a proposição comunicada pelo proferimento de B. O

---

32 Cf. HALL, 2008, p. 23-30.

33 Cf. item anterior.

indivíduo A espera que a resposta de B comunique o fato de que B aceita café ou não. A asserção de B sugere uma resposta negativa visto que fornece uma justificação para a recusa. Para que tal resposta seja derivada parece necessário que a proposição “o café tira o sono de B”, sem enriquecimento posteriores, possa ser combinada com o silogismo abaixo:

- i. Se B não quer ficar sem sono, então não aceitará (tomar) nada que tire seu sono, como o café.
- ii. B não quer ficar sem sono.
- iii. Logo, B não tomará o café,

sendo *iii* exatamente o tipo de resposta esperada por A. A proposição comunicada por *iii* não pode ser incorporada à proposição expressa pela fala de B, visto ser resultado de um processo exclusivamente inferencial. Assim, a restrição instrumental exclui tal possibilidade, apresentando portanto o arcabouço teórico para distinguir proposição intuitivamente expressa e proposição comunicada inferencialmente. A generalização do exemplo acima permite afirmar que se uma proposição sob forma de silogismo é necessária para inferir a resposta esperada do falante, então não pode ser objeto do livre-enriquecimento; em casos deste tipo, o enriquecimento da proposição intuitivamente expressa impediria a inferência necessária.

Poderíamos agora perguntar se a questão levantada por Stanley, a saber, de se o proferimento de “todos amam Maria” expressaria em um contexto apropriado a proposição “todos amam Maria assim como sua própria mãe” pode ser analisada à luz destes novos instrumentos teóricos. A proposição expressa pelo proferimento original é de que *todos (os convidados) amam Maria*. Esta não pode ser enriquecida posteriormente enquanto premissa necessária para a derivação de “todos amam sua própria mãe”.

O argumento de Hall sobre a possibilidade de identificar restrições na aplicação do livre-enriquecimento, embora sujeito a modificações posteriores, permite esboçar uma defesa ao problema da supergeração; pelo fato desta ter sido limitada mediante a restrição do processo, somos autorizados a considerar inapropriados os contra-exemplos enumerados por Stanley.

## 2 SOBRE O QUE É DITO (*WHAT IS SAID*)

### 2.1 Modulação de sentido

#### 2.1.1 Recanati e os processos pragmáticos primários

No primeiro capítulo debatemos a existência de constituintes inarticulados à luz das duas principais teses sobre o tema: a *abordagem semântica*, que se baseia na postulação de variáveis ocultas na forma lógica do enunciado<sup>1</sup>, e a *abordagem pragmática*, baseada em um processo pragmático primário opcional denominado *livre-enriquecimento*.

Apesar da divergência, ambas as abordagens identificam a mesma conexão entre o problema dos constituintes inarticulados e o problema das condições de verdade intuitivamente associadas a nossos proferimentos: reconhecem o fato de que o conteúdo comunicado das proposições intuitivamente expressas são mais ricos do que o conteúdo articulado foneticamente.

A pergunta que nos colocamos agora é se é possível sustentar que o efeito contextual sobre a proposição intuitivamente expressa seja transmitido pela forma lógica do enunciado; de antemão, se defendemos a existência de constituintes inarticulados derivados do processo de livre-enriquecimento, a resposta é não. Examinaremos, pois, a abordagem semântica do problema dos constituintes inarticulados a fim de avaliar seus argumentos sobre os fenômenos nos quais o contexto é responsável pela determinação da proposição intuitivamente expressa por nossos proferimentos, e para tal, precisaremos de uma análise preliminar do espectro de efeitos contextuais que se encontram na categoria descrita: estariam vinculados exclusivamente ao Enriquecimento proposicional, seja linguisticamente veiculado ou opcional, ou existem efeitos contextuais além do livre-enriquecimento e das variáveis ocultas?

Recanati (2004) inclui como processos pragmáticos primários, além da saturação (designação contextual do valor semântico de expressões indexicais) e do livre-enriquecimento, os processos de *relaxamento* (*loosening*) e *transferência*

---

<sup>1</sup> STANLEY, (2000, 2002, 2005); STANLEY e SZABÓ (2009); TAYLOR (2001) e MARTÍ (2006) são alguns defensores da abordagem semântica.

*semântica*. O primeiro consiste no enfraquecimento das condições de aplicabilidade associadas ao conceito literalmente expresso por um predicado, com a consequente ampliação da aplicabilidade deste<sup>2</sup>, como no caso de “o caixa eletrônico engoliu meu cartão”. Neste caso, a aplicabilidade do conceito literalmente expresso pelo predicado “engoliu” exclui a possibilidade de um caixa eletrônico, enquanto objeto inanimado privado da função corpórea da deglutição; o relaxamento permite então estender o âmbito de aplicabilidade do predicado através da eliminação de algumas de suas condições, como por exemplo, a de precisar ser um organismo vivo.

Já a transferência semântica atua no conceito linguisticamente transmitido por uma expressão, e como o próprio nome indica, atribui-lhe propriedades de um conceito distinto, alterando inclusive seu grau de acessibilidade. A interpretação de “o sanduíche de presunto saiu sem pagar” é um exemplo de transferência semântica, onde a expressão “o sanduíche de presunto” é interpretada como denotando *o cliente que pediu o sanduíche de presunto*.<sup>3</sup>

Os processos de livre-enriquecimento, relaxamento e transferência semântica são considerados por Recanati exemplos de um fenômeno mais geral denominado *modulação*<sup>4</sup>, que consiste no ajuste do significado das expressões linguísticas utilizadas a fim de obter-se o significado apropriado ao contexto de uso. O significado modulado resultante da interpretação pretendida é aquele que é mais acessível àquele contexto. A interpretação pretendida é determinada após a ativação de significados, o linguisticamente codificado e o significado modulado, tendo por base sua acessibilidade, por sua vez determinada por dois fatores, contexto linguístico e contexto extra-linguístico (o assunto sobre qual se conversa, conhecimento prévio sobre os falantes, etc).

Retomando o exemplo acima, a interpretação metonímica da expressão “sanduíche de presunto” entra na interpretação pretendida “o cliente que pediu o sanduíche de presunto” é caracterizada por uma acessibilidade mais ampla em relação à interpretação literal. A interpretação do predicado “saiu sem pagar”, referindo-se a uma pessoa, e não um sanduíche, aumenta a acessibilidade da interpretação do sujeito da oração, atuando sobre seu significado codificado. Em

---

2 Cfr. RECANATI, 2004, p. 26.

3 CARSTON, 2002, p. 72.

4 RECANATI, 2004, p.131.

casos como este, é possível avaliar o quanto o contexto linguístico cumpre um papel fundamental na obtenção da interpretação pretendida pelo comunicante.

### **2.1.2 Teoria da Relevância e conceitos *ad hoc***

A existência de processos pragmáticos opcionais, processos não transmitidos linguisticamente que influenciam na determinação das condições de verdade intuitivamente associadas a nossos proferimentos também é sustentada pela *Teoria da Relevância*.<sup>5</sup> Juntamente com o livre-enriquecimento, a teoria identifica a possibilidade de existirem processos pragmáticos na construção de conceitos *ad hoc*; processos que substituem um conceito linguisticamente codificado na forma lógica do proferimento por um conceito pragmaticamente derivado deste. Assumindo a existência de tais processos, um falante pode utilizar uma expressão que linguisticamente transmite um determinado conceito para comunicar um conceito diferente, mas que o ouvinte pode pragmaticamente inferir.

Antes de examinar os processos relativos à construção de conceitos *ad hoc*, faz-se necessária uma caracterização precisa da noção de conceito na perspectiva da Teoria da Relevância, fundamentada em três informações distintas: conteúdo lógico, conhecimento geral ou enciclopédico e propriedades léxicas<sup>6</sup>. O primeiro consiste no conjunto de propriedades que definem o conceito, ou que podem ser analiticamente inferidas do mesmo. Conhecimento geral é o conjunto de diferentes tipos de conhecimento associadas ao conceito: pressuposições comuns, dados científicos, opiniões, experiência individual, etc. Por fim, propriedades léxicas de um conceito são as propriedades fonéticas e sintáticas de sua forma linguística, que expressam seu conteúdo lógico e enciclopédico<sup>7</sup>. Tentemos pois, identificar o conteúdo lógico e conhecimento enciclopédico do conceito SOLTEIRO:

---

5 SPERBER e WILSON (1986, 1995, 2006) e CARSTON (2002).

6 Cf. CARSTON, 2002, p. 321.

7 A definição aparenta excluir a possibilidade de que um conceito possa ser transmitido através de um léxico distinto. O conceito GREGO, por exemplo, de acordo com tal definição só há uma forma lexical que o expressa, caracterizada por determinadas propriedades fonéticas e sintáticas. Poderia-se objetar que o conceito poderia ser expressado a partir tanto do lexical “grego” quanto do lexical “helênico”, porém tais expressões veiculam conceitos diferentes, “grego” e “helênico”, respectivamente, que podem estar associados a conhecimentos enciclopédicos distintos.

CONTEÚDO LÓGICO: Homem não-casado.

CONHECIMENTO ENCICLOPÉDICO: 1. Aberto a relacionamentos; 2. Solitário; 3. Desleixado, irresponsável; 4. Imaturo, despreparado para relacionamentos; 5. Hedonista; 6. Independente; 7. etc.

A expressão “solteiro” que transmite linguisticamente tal conceito, pode ser utilizada para comunicar um conceito *ad hoc*, pragmaticamente derivado, SOLTEIRO', que compartilha com SOLTEIRO alguns elementos de conteúdo lógico e/ou de seu conhecimento enciclopédico. Os processos pragmáticos que fundamentam a construção do conceito *ad hoc* são basicamente dois: *relaxamento* e *estreitamento* (*narrowing*), que é a derivação de um conceito *ad hoc* C' a partir de um conceito linguisticamente codificado L, sendo a extensão de C' um subconjunto do conceito C. A aplicação de tal processo a L não reduz sua extensão, ou “reduz seu campo de aplicabilidade”, na terminologia de Recanati, atribuindo ao nível de conteúdo de C' um ou mais componentes do conhecimento enciclopédico associado a L. No enunciado “procura-se homem solteiro”, proferido em um contexto onde a falante manifesta seu desejo de casar e constituir família, sua interpretação global necessita de um estreitamento sobre o conceito linguisticamente comunicado pela expressão “solteiro”. O conceito SOLTEIRO', pragmaticamente derivado de SOLTEIRO, não inclui por exemplo todos os homens não casados em sua extensão; disponibilidade ao matrimônio, e potencial para relacionamentos a longo prazo por sua vez parecem essenciais para o conceito derivado. Tais componentes, contidos no conhecimento enciclopédico associado a SOLTEIRO, passam a fazer parte, pela necessidade informada pelo contexto, do conteúdo lógico de SOLTEIRO'.<sup>8</sup>

Observemos um novo exemplo de estreitamento, “João tem um cérebro”, proferido em um contexto no qual se fala sobre capacidade de João de ingressar em um ambiente profissional completamente novo e altamente competitivo. O que o falante pretende comunicar através do proferimento não é a proposição trivial de que João, assim como qualquer ser humano ordinário, possui um cérebro, mas que ele possui uma mente criativa e aberta, inteligência e grande capacidade de adaptação

<sup>8</sup> *Ibid.*, p. 324. É importante observar que o uso técnico do termo *relevância*, entendido como a capacidade de um *input* cognitivo produzir, junto às suposições contextuais, efeitos cognitivos positivos com o mínimo esforço por parte do falante. Utilizaremos o sentido não técnico da expressão, evidentemente inclusa em seu uso técnico, a fim de prosseguir nossa argumentação prescindindo de um aprofundamento da noção de relevância.

a um novo ambiente de trabalho. Nesse contexto, a expressão “cérebro” é utilizada pelo falante para comunicar o conceito CÉREBRO', cuja extensão está contida na extensão do conceito linguisticamente codificado CÉREBRO.

O processo de relaxamento recebe uma abordagem análoga pela Teoria da Relevância, sendo definido pela supressão de uma ou mais propriedades do conteúdo lógico do conceito expresso linguisticamente. Neste caso, a extensão do conceito *ad hoc* C' embora derivada de L, é maior do que a desta. Digamos que um teólogo medieval, em uma discussão científica, afirme que “a Terra é plana”. O falante utiliza a expressão “plana” para comunicar o conceito *ad hoc* PLANA', que se aproxima do conceito linguisticamente veiculado PLANA, sendo pragmaticamente construído a partir da subtração de uma ou mais propriedades do conceito do qual se deriva (“superfície na qual só existem duas dimensões”, por exemplo).

Em diferentes contextos, a interpretação global de um proferimento aparenta necessitar na combinação de processos de estreitamento e relaxamento, a fim de explicitar as intenções do falante. O conceito relevante, construído *ad hoc*, terá um conteúdo lógico ao mesmo tempo mais rico e mais pobre do que o conteúdo lógico do conceito original: mais rico quando um componente do conhecimento geral associado ao conceito primário aumenta seus critérios de aplicabilidade (estreitamento); e mais pobre quando algum componente do conteúdo lógico do conceito original é suprimido, aumentando sua abrangência (relaxamento). A frase “João leva uma vida de solteiro”, proferida em um contexto onde os interlocutores são conscientes do fato de que João é casado, o conceito SOLTEIRO' comunicado pelo falante é produto da aplicação de um processo de relaxamento ao conceito original, suprimindo do conteúdo lógico deste a propriedade de ser um homem não-casado; e da aplicação de um processo de estreitamento, que promove o conteúdo lógico algum componente do conhecimento geral de SOLTEIRO, tais como a imaturidade, hedonismo, ou disponibilidade para relacionamentos com pessoas do sexo oposto. A extensão do conceito altera-se a fim de incluir João mesmo sendo um homem casado, e excluir indivíduos que caem sob o conceito SOLTEIRO cuja conduta não condiz com as propriedades enumeradas pelo falante, como celibatários e homens maduros.

### 2.1.3 Limites da abordagem semântica

A modulação de sentido descrita por Recanati, e teorizada pela Teoria da Relevância como a construção de conceitos *ad hoc*, é interpretada por HALL (2008, 2009) como limitador do poder explicativo da abordagem de Stanley à questão da dependência contextual da noção de proposição intuitivamente expressa. A tese defendida por Stanley é que os efeitos contextuais sobre a interpretação vero-condicional de uma asserção são transmitidos linguisticamente, ou pela forma lógica do enunciado proferido<sup>9</sup>:

O indexicalista defende que o conteúdo primariamente asserido pelo falante seja o conteúdo semântico do enunciado utilizado por este; a hipótese indexicalista [...] é de que o único modo do contexto influenciar nas condições intuitivas de verdade de um proferimento é ajudando a determinar a interpretação de um elemento pertencente ao enunciado utilizado.<sup>10</sup>

O primeiro item que pretendemos ressaltar é o uso de Stanley da expressão “condições *intuitivas* de verdade”, que sugere a existência de uma ligação entre as condições de verdade associadas a um proferimento e as intuições do falante sobre o conteúdo por ele comunicado. Isto é, para Stanley, a noção de condição de verdade é intimamente ligada as intuições do falante. A tese descarta a separação entre o conteúdo que o falante primariamente afirma através do enunciado (a proposição intuitivamente expressa) e o conteúdo semântico do enunciado, bem como seu contexto de utilização, definida por pelo autor como condições de verdade<sup>11</sup>. Como vimos no capítulo anterior, a tentativa de identificar variáveis ocultas na forma lógica dos enunciados cujo proferimento exprime proposições que possuem constituintes inarticulados é justamente uma defesa de tal tese. Entretanto, se assumirmos a modulação de sentido como um efeito do contexto sobre a interpretação vero-condicional de uma asserção, os defensores da abordagem semântica precisarão encontrar um vínculo linguístico para tal fenômeno, sob pena de ter sua tese descartada. O caso de “o sanduíche de presunto saiu sem pagar” é considerado por Stanley um caso problemático<sup>12</sup>: a proposição intuitivamente expressa, no contexto no qual o dono de um restaurante chama a atenção de um

---

9 STANLEY, 2000, p. 396.

10 *Id.*, 2005b.

11 *Ibid.*

12 *Ibid.*, p. 226-231.

dos garçons, parece ser que o *cliente que pediu* o sanduíche de presunto saiu sem pagar. Contudo, a transferência semântica que caracteriza a interpretação do enunciado não parece um fenômeno semântico; o significado convencional da expressão não parece estar conectado ao que é deferido pelo referimento da expressão no contexto dado (*deferred reference*). Ou seja, a interpretação do exemplo acima parece *a priori* um caso no qual o conteúdo da proposição intuitivamente expresso do proferimento não deriva da composição dos significados de seus constituintes.

Em suma, Stanley depara-se com a necessidade de conciliar tais considerações com a tese de que os efeitos vero-condicionais do contexto remetem a um processo semântico, e, a fim de fundamentar esta compatibilidade, conta com duas opções: identificar um fenômeno linguístico que permita lidar semanticamente com a *deferred reference*, ou questionar a ideia de que a interpretação metonímica atribuída a “o sanduíche de presunto saiu sem pagar” seja parte das condições de verdade intuitivamente associadas ao proferimento. O autor descarta a primeira saída devido à ampla aplicabilidade do fenômeno:

Uma segunda consideração concerne ao escopo do fenômeno. A razão para não considerar a metáfora um fenômeno semântico é que, tecnicamente, qualquer termo pode ser *utilizado* metaforicamente, isto é, a metáfora ocorre no *uso* de um termo, não na semântica de uma expressão particular. Da mesma forma, qualquer termo pode ser utilizado com um deferimento referido, o que sugere que a *referência deferida* não lida com a semântica de alguma expressão particular; ao invés, envolve-se com como podemos *usar* construções de semânticas determinadas para comunicar algo distinto do que tais construções expressam semanticamente.<sup>13</sup>

Uma vez inserida em um contexto comunicativo apropriado, qualquer expressão é potencialmente sujeita a uma interpretação metonímica. De modo geral, o fenômeno da modulação de sentido ou da construção de conceitos *ad hoc* se caracteriza pelo potencial ilimitado de aplicação; não contém um conjunto limitado de expressões linguísticas, mas a totalidade de expressões de uma língua, embora apresentando diferenças de grau. Algumas expressões linguísticas, tais como os termos polissêmicos, requerem a intervenção de um processo de modulação de sentido a cada ocorrência, determinando seu significado de acordo com o contexto; outras expressões, ao invés, mantém estáveis suas significações ao longo de suas

---

13 STANLEY, 2005a, p. 229, tradução nossa.

instâncias<sup>14</sup>. A diferença, porém, é uma diferença de grau, de modo que o fenômeno da modulação de sentido pareça capaz de ocorrer em qualquer expressão ordinária.

Descartada a hipótese de explicar a interpretação intuitiva a partir de um fenômeno linguístico que nos induza a interpretar “o sanduíche de presunto” como denotando o cliente que o pediu, só nos resta avaliar se é possível considerar tal interpretação como parte das condições de verdade intuitivamente associadas ao proferimento. Em outras palavras, podemos questionar se a proposição *o cliente que pediu o sanduíche de presunto saiu sem pagar* seja a proposição expressa pelo proferimento instanciado. A resposta de Stanley a esta questão não parece convincente: apesar de reconhecer que “as condições de verdade intuitivas do proferimento [“o sanduíche de presunto saiu sem pagar”] envolvam uma pessoa, não um sanduíche de presunto”<sup>15</sup>, e que “existe um sentido de ‘condições de verdade intuitivas’ no qual a referência deferida faz parte”<sup>16</sup>, em casos deste tipo o falante dispõe de intuições contrastantes, sendo o significado literal da expressão “o sanduíche de presunto” mais acessível. A presença de intuições contrastantes é para Stanley o indício de uma obscuridade sobre o conteúdo da proposição intuitivamente expressa pelo proferimento que tomamos como exemplo. Dito isto, Stanley defende que este tipo de exemplo não nos fornece razões suficientes para defender a subdeterminação semântica quanto às condições de verdade intuitivas de um proferimento. Fica a pergunta de se a acessibilidade do significado linguisticamente codificado de “o sanduíche de presunto” seria contrária à atribuição intuitiva das condições de verdade ao proferimento considerado.

Em Recanati (2004) encontramos uma análise do “sentimento de discrepância” que caracteriza os usos não literais<sup>17</sup>. O autor defende que tal sentimento é originado da persistência da representação conceitual, que apesar de seu alto grau de acessibilidade, não faz parte da interpretação global do proferimento. Tal representação é produzida por uma competição entre diferentes significados, a saber, o significado linguisticamente associado, de um lado, e o significado derivado da modulação de sentido, de outro. O significado com maior

14 RECANATI, 2004, p. 135.

15 STANLEY, 2005a, p. 225, tradução nossa.

16 Ibid., p. 230, tradução nossa.

17 RECANATI, 2004, p. 77. Note que neste contexto, a expressão “não literal” é utilizada em seu sentido ordinário, referente a um uso divergente da norma, sendo tal uso transparente aos interlocutores.

grau de acessibilidade no contexto dado passa a fazer parte da interpretação pretendida, sendo “acessibilidade” entendida em termos de ativação cognitiva<sup>18</sup>.

Contudo, é possível que um significado eliminado no enunciado seja considerado com um grau de acessibilidade tal que pareça evidente a um falante competente. Em “o sanduíche de presunto saiu sem pagar”, por ser o significado metonímico da expressão contabilizado na interpretação global do proferimento, o significado linguisticamente associado a tal expressão parece ser entretanto acessível ao falante, que pode experienciar um sentimento de discrepância. Nossa sugestão é que o surgimento de tal sentimento não pode ser considerado uma razão determinante para negar a atribuição de condições de verdade unívocas e intuitivas em “o sanduíche de presunto saiu sem pagar”. Se tais considerações são corretas, é possível concluir que a abordagem semântica de Stanley apresenta limitações em sua capacidade de lidar com todos os efeitos do contexto extralingüístico sobre a proposição intuitivamente expressa. A semântica se revela, ao menos nos casos de modulação do sentido considerados, subdeterminada em relação às condições de verdade intuitivamente associadas a nossos proferimentos.

Todavia, é possível tentar salvaguardar a perspectiva de Stanley através de uma análise mais cuidadosa da noção de “condições intuitivas de verdade”. Em algumas passagens do texto o autor parece sugerir que a distinção entre condições de verdade intuitivas e condições de verdade baseadas em intuições guiadas (*tutored intuitions*) por considerações de caráter teórico seja descartada:

Alguns dos exemplos fornecidos [...] parecem necessitar de um tratamento pragmático, baseados no fato de que as condições de verdade intuitivas são mais ricas do que aquelas esboçadas por intuições guiadas sobre condições de verdade. Por exemplo, é claramente perceptível a um falante [...] que João tenha tomado seu desjejum através da boca seja parte das condições de verdade de [“João tomou café esta manhã”]. Naturalmente, quando alguém diz que João se alimentou esta manhã, assumimos que o fez de maneira usual. Mas ninguém consideraria o proferimento *falso* se, contrariando as expectativas, descobrisse que João tomou seu desjejum de um modo não usual, utilizando uma colher, por exemplo.<sup>19</sup>

Apesar de tal operação teórica ser claramente explorável, permanece a dúvida sobre a natureza intuitiva das condições de verdade assim esboçadas.

---

18 *Ibid.*, p. 28-29.

19 STANLEY, 2005a, p. 224, tradução nossa.

Assumindo a existência de um hiato entre as condições de verdade associadas a um proferimento e o significado transmitido por este, perspectiva claramente griceana, parece irrelevante a atribuição de um caráter intuitivo às condições de verdade analisadas.

## 2.2 *Proposições intuitivamente expressas*

### 2.2.1 O princípio de acessibilidade

A noção de proposição intuitivamente expressa apresentada até agora parece ser definida pela atuação de processos pragmáticos que provocam a modulação do sentido. Seguiremos nossa argumentação confrontando tal noção com a noção d'*o que é dito* (*what is said*) formulada por GRICE (1989), a fim de esclarecer as intuições griceanas que conduzem a uma interpretação pragmática na noção supracitada.

A noção de *what is said* é considerada por Grice intimamente ligada ao significado convencional das expressões que compoem o enunciado proferido<sup>20</sup>. Diverge do significado linguisticamente associado por necessitar da designação de valores semânticos às expressões indexicais relacionadas ao contexto de uso, e da ação de um processo de seleção de sentido em casos de ambiguidade. Indexicalidade e ambiguidade são portanto fenômenos situados entre significado convencional e *what is said*, entre gramática e conteúdo expresso. Sobre isto, Grice apresenta o seguinte exemplo:

Ele está nas garras do vício.<sup>21</sup>

Mesmo que não conheçamos o contexto de proferimento do enunciado acima, a competência linguística permite-nos recuperar algumas informações que fazem parte do que foi dito: a frase se refere a algum indivíduo do sexo masculino que no momento do proferimento, é incapaz de superar as próprias falhas de caráter, ou foi escravizado pelos efeitos de elementos externos. Para que seja possível obter uma interpretação global do que é dito pelo proferimento em questão, é necessário identificar o ente denotado pelo indexical “ele”, o tempo do

---

20 GRICE, 1989, p. 25.

21 *Ibid.*

proferimento e o significado da expressão “nas garras do vício”, naquela ocasião de uso.

A noção d'o que é dito apresentada por Grice parece compreender um nível de significado “mínimo”, menos rico em comparação à noção de proposição intuitivamente expressa, livre da influência de processos pragmáticos não veiculados linguisticamente. Mas é possível encontrar no próprio Grice considerações que sustentariam a tese de que a noção de *what is said* é de caráter essencialmente pragmático. Grice inclui o dizer (*saying*) na categoria de significação não-literal, sendo uma das principais características desta a redutibilidade a estados intencionais do falante, ou seja, a compreensão do que o falante diz é um processo ligado ao reconhecimento das intenções do mesmo. Como destacado por Recanati<sup>22</sup>, tanto significados literais quanto os não-literais são comunicados pelo reconhecimento das intenções primárias do falante, intenções que enquanto reconhecíveis, devem ser evidentes. Ora, a consequência encontrada pelo autor é que o objeto de consideração de nosso capítulo deve ser pensado primariamente como cognitivamente disponível a todos os interlocutores; ele identifica *what is said* com a proposição intuitivamente expressa, e sendo a necessidade de acessibilidade um requisito determinante, a noção torna-se perfeitamente compatível com o conhecimento implícito do que é dito. “O que é dito deve ser intuitivamente acessível a todos os interlocutores”, diz o princípio de disponibilidade (*Availability Principle*) proposto por Recanati<sup>23</sup>.

A conformidade da noção de *what is said* ao princípio de disponibilidade descarta o alegado caráter mínimo de tal noção. Examinemos alguns dos exemplos prévios:

Não tenho nada para vestir.

Suponhamos que “não tenho nada para vestir” seja proferido em um contexto no qual o falante informa os ouvintes o fato de ter sido convidado a um casamento, e que por conta disso, precisará aprontar-se para o evento. A proposição intuitivamente expressa, ou o que é o mesmo, o conteúdo intuitivamente atribuído ao proferimento no contexto dado, não é a de que *não tenho nada para vestir*, a de que

---

22 Cfr. RECANATI, 2004, p. 13-14.

23 *Ibid.*, p. 20.

modo geral não disponho de peças de vestuário, e sim a proposição pragmaticamente enriquecida de que *não tenho nada para vestir que seja adequado a um casamento*. A proposição mínima, isto é, a proposição semanticamente expressa nesse caso não atinge um nível de acessibilidade à nossa consciência a ponto de fazer-se disponível imediatamente. Se queremos preservar o princípio de acessibilidade, nos depararemos com a necessidade de pensar *what is said* como um conteúdo proposicional mais rico do que a proposição mínima expressa por “não tenho nada para vestir”. O mesmo vale para casos como

- i. Passou-se o tempo.
- ii. Todos estão atrasados.
- iii. O sanduíche de presunto saiu sem pagar.

Imaginemos que um professor profira “passou-se o tempo” a um aluno que hesita diante de uma pergunta a ser respondida de imediato. A proposição intuitivamente expressa nesse caso é que *extinguiu-se o prazo estabelecido pelo professor para ser respondido*, e não a proposição mínima (e trivial) de que *passou-se certa quantidade de tempo*. A inacessibilidade da última ao estudante, é segundo o princípio introduzido por Recanati, indício do fato de que o que foi dito pelo professor se refere ao prazo estabelecido para que o estudante respondesse a pergunta, uma proposição pragmaticamente enriquecida. A mesma explicação pode ser aplicada nos demais exemplos.

Recanati requer que contabilizemos os processos pragmáticos opcionais como parte da noção de *what is said* porque se os extraímos do conteúdo intuitivamente atribuído a nossos proferimentos, tudo que teremos é um conteúdo que não possui a devida acessibilidade<sup>24</sup>. O esquema abaixo ilustra a ideia proposta por Recanati:

---

24 *Ibid.*

NÍVEL CONSCIENTE	<i>O que é dito</i>		<i>O que é comunicado</i>
NÍVEL INCONSCIENTE	↓	↓	
	Significado da frase	Componentes contextuais d' <i>o que é dito</i>	

Adaptado de: RECANATI (2004).

### 2.2.2 Sobre as implicaturas

Investiguemos agora a distinção griceana entre *what is said* e *what is implicated*. Grice reconhece a possibilidade de se *dizer* qualquer coisa pretendendo *comunicar* um conteúdo diverso, mais rico, que pode ser reconhecido pelo destinatário, presumindo que o falante seja cooperativo. Nesse sentido, Grice se utiliza de um *princípio de cooperação*<sup>25</sup>: o falante deve preocupar-se em comunicar-se com o ouvinte da forma mais clara e distinta possível, a fim de uma interpretação adequada de suas intenções. Este princípio subdivide-se em máximas conversacionais<sup>26</sup>.

Um falante, ao dizer algo, pode deliberadamente violar uma das máximas a fim de fazer com que o ouvinte, que presume que o falante pretende respeitar o princípio de cooperação, reconstrua inferencialmente o conteúdo implicado pelo falante conforme as máximas conversacionais. Nesse sentido, a noção do que é dito é determinante para o processo de reconstrução inferencial da implicatura do falante. O enunciado “passou-se o tempo”, no contexto previamente descrito, não quer dizer que o tempo se passou, e sim sugere alguma implicatura conversacional inferencialmente acessível ao ouvinte no momento em que este reconhece a intuição intuitivamente expressa do proferimento, que é distinta de sua interpretação literal.

É a proposição pragmaticamente enriquecida que influencia a geração de implicaturas conversacionais, não o conteúdo semanticamente expresso pelo proferimento. Recanati sustenta a identificação de tal proposição com a noção de *what is said*: “se aceitarmos o esquema griceano, no qual ‘*what is said*’ serve como

25 Cf. GRICE, 1989, p.26.

26 Grice enumera as máximas de Qualidade, Quantidade, Relação e de Modalidade, que sugerem, grosso modo, que para uma comunicação bem-sucedida, procure-se falar de fatos verdadeiros, completos, pertinentes e da forma mais clara e breve possível. Sobre isto, cf. *Ibid.*, p. 26-29.

*input* aos processos secundários de elaboração de implicaturas, devemos, *pace* Grice, reconhecer o caráter não mínimo d'o que é dito”<sup>27</sup>.

A natureza relacional da noção examinada dá origem a uma nova teorização sobre a Teoria da Relevância:

- i. Uma proposição comunicada pelo proferimento U é explícita (ou seja, é uma *explicatura*) se e somente se é derivada da forma lógica de U.
- ii. Uma proposição comunicada por U que não é explícita é implícita (uma *implicatura*).<sup>28</sup>

A derivação pragmática da explicatura e da implicatura de um proferimento é comprovada através de um processo denominado *ajuste mútuo paralelo* (*mutual parallel adjustment*); sendo sua propriedade distintiva, indicada pelo termo “paralelo”, a ausência de uma sequência definida em relação à derivação da explicatura e a reconstrução da implicatura à ela relacionada. A interpretação global do conteúdo, que comprehende tanto o que é dito quanto o que é implicado, não ocorre necessariamente pela identificação preliminar do conteúdo explícito seguida da reconstrução da implicatura pretendida pelo falante; é perfeitamente possível que a expectativa sobre o conteúdo da implicatura é que provoque a reconstrução do conteúdo explicitamente comunicado.

Imaginemos que um estudante decide falar com seu orientador a respeito de sua dissertação; perguntado sobre sua opinião sobre a pesquisa, o professor responde “vai levar algum tempo”. Nesse contexto,

ALUNO: - Alguma consideração sobre a pesquisa?

PROFESSOR: - Vai levar algum tempo.

EXPLICATURA: Levará muito tempo.

PRESSUPOSIÇÕES CONTEXTUAIS: Se levará muito tempo, e o estudante só poderá conversar com o professor se dispor de paciência para ouvir.

IMPLICATURA: O estudante poderá conversar somente se puder escutar com paciência.

O diálogo acima é constituído por uma pergunta que prevê uma resposta afirmativa ou negativa, e por uma resposta indireta. É evidente que em casos de perguntas como esta, a informação relevante a ser fornecida pela resposta,

---

27 RECANATI, 2004, p. 22.

28 Cf. SPERBER e WILSON, 1995, p. 182.

presumindo a cooperação do perguntado, é a opinião (ou a ausência de) do professor a respeito da pesquisa do estudante. Tal informação não está contida no proferimento do professor, o que a caracteriza como uma resposta indireta, e para que possa satisfazer a expectativa de relevância à ela associada, isto é, a expectativa quanto a produção de efeitos cognitivos com o mínimo esforço, a resposta deve ser interpretada como exprimindo que “levará muito tempo”. Estas observações sustentam a tese de que o conteúdo explicitamente comunicado do proferimento deve ser identificado com um conteúdo proposicional mais rico e articulado da proposição mínima de que *levará certa quantidade de tempo*.

A ideia de relacionar as conclusões de Recanati com a Teoria da Relevância fundamenta-se na tentativa de mostrar como o reconhecimento do processo de ajuste mútuo paralelo na derivação de explicaturas e implicaturas oferece razões outras para incluir processos pragmáticos como o livre-enriquecimento na determinação da noção d'o que é dito. Se por acaso, “levará algum tempo” exprima a proposição de que levará certa quantidade de tempo, e considerarmos “levará muito tempo” como uma implicatura conversacional, teremos o esquema abaixo:

EXPLICATURA: Levará certa quantidade de tempo.

IMPLICATURA 1: Levará muito tempo.

PRESSUPOSIÇÃO CONTEXTUAL: Levará muito tempo, o estudante só poderá conversar com o professor se dispor de paciência para ouví-lo.

IMPLICATURA 2: O estudante poderá conversar com o professor somente se dispor-se a ouvir pacientemente.

A implicatura que responderia à pergunta realizada, a saber, a IMPLICATURA 2, seria resultado de um processo inferencial cuja premissa seria uma pressuposição contextual e outra implicatura (IMPLICATURA 1). Neste caso, a proposição de que *levará certa quantidade de tempo* não exerce nenhuma função inferencial além de fornecer o *input* para a IMPLICATURA 1. Nesse sentido, CARSTON (2002) elabora um princípio para orientar a distinção entre explicatura e implicatura no conteúdo pragmaticamente comunicado:

- *Princípio da Independência Funcional Heurística (Heuristic Functional Independence)*: “[...] a proposição expressa por um proferimento deve cumprir um papel distinto e

independente de suas implicaturas no processo inferencial do ouvinte, atuando independente como premissa em um argumento ”.<sup>29</sup>

Em nosso exemplo, a proposição mínima de que *levará certa quantidade de tempo* não atua como premissa independente na derivação de suas implicaturas. O único papel no processo inferencial do ouvinte a fim de identificar o conteúdo globalmente comunicado seria atuar como *input* na proposição pragmaticamente enriquecida representada pela IMPLICATURA 1, que junto às pressuposições contextuais, são responsáveis pela IMPLICATURA 2. A derivação desta implicatura faz parte dos efeitos cognitivos produzidos por “*levará algum tempo*” relacionados à expectativa de relevância por parte do ouvinte. A impossibilidade de reconhecer um papel independente da proposição explicitamente expressa na satisfação desta expectativa de relevância do proferimento sugere que tal proposição deve ser caracterizada por um conteúdo mais rico, pragmaticamente derivado, sendo identificada com a IMPLICATURA 1.

### 2.3 A relevância semântica d'o que é dito

Esboçamos anteriormente uma noção d'o que é dito intimamente ligada à pragmática, que nos autoriza a afirmar que processos pragmáticos opcionais, reunidos sob o conceito de modulação de sentido, atuam na determinação das condições de verdade intuitivamente associadas a nossos proferimentos. Também mostramos como uma controversa perspectiva griceana, como as adotadas por Recanati e teóricos da relevância, identifica aquilo que é dito com a proposição intuitivamente expressa resultante de tal modulação. O reconhecimento de que a noção de *what is said* deve satisfazer um requisito de acessibilidade e ao mesmo tempo servir de *input* para a derivação das implicaturas conversacionais é claramente capaz de sustentar uma abordagem pragmática de tal noção.

Voltaremos nossa atenção ao aprofundamento da relação entre o que é dito e a semântica, a fim de evidenciar o raio de atuação pertinente a tal esfera. BORG (2002) distingue cinco maneiras de entender essa relação:

- i. A análise semântica de um enunciado depende d'o que é dito: *What is said* → teoria semântica

---

29 CARSTON, 2002, p. 189.

- ii. A análise semântica do enunciado depende d'o que é *dito'* (entendido como o conteúdo do discurso indireto *adequadamente* comunicado), mas as condições de adequação d'o que é *dito'* são moduladas pela teoria semântica adotada: *What is said' ↔ teoria semântica*
- iii. A análise semântica de um enunciado depende d'o que é *dito'*, mas as condições de adequação d'o que é *dito'* são moduladas por critérios não semânticos: *What is said' → teoria semântica*
- iv. O que é dito depende da análise semântica do enunciado original, mas a recíproca não é verdadeira: *What is said ← teoria semântica*
- v. A análise semântica do enunciado e o que é dito são independentes um do outro<sup>30</sup>: *What is said – teoria semântica*

Antes de avaliar as opções teóricas disponíveis, cabe ressaltar a identificação feita por Borg entre *what is said* e conteúdo diretamente informado, isto é, entre o juízo de um falante competente sobre o que é dito pelo enunciado e o conteúdo informado por discurso indireto<sup>31</sup>. Uma caracterização intuitiva da noção de *what is said* aparenta ser ligada à compreensão do conteúdo asserido pelo falante; o que é dito é intuitivamente captado pela ocorrência da locução “ao proferir *p*, o falante diz que *q*”<sup>32</sup>. Como destaca a autora, a identificação entre o juízo de um falante sobre o que é dito e o conteúdo do discurso indireto informado pode ser problemática visto que os juízos sobre o que é dito possuem maior extensão que os atos de fala comunicados indiretamente (já que estes estão contidos no primeiro); existem casos nos quais um falante competente pode expressar um juízo através de atos de fala diferentes, ou seja, é possível assumir que um falante comunique uma expressão com a forma “ao proferir *p*, o falante diz que *q*” sem que tal locução seja asserida. A fim de prosseguirmos em nossa argumentação, assumiremos a identificação supracitada<sup>33</sup>.

---

30 Cf. BORG, 2002, p. 8.

31 O que está em jogo é a disposição de um falante competente em comunicar indiretamente o conteúdo considerado, não a ocorrência de tal comunicação.

32 BORG, 2004, p. 111.

33 Para o bem do argumento, desconsideramos argumentos como os de Recanati (2004, p. 14) sobre a existência de uma maneira de capturar as intuições do falante sobre o que é dito que é mais simples do que recuperá-lo mediante discurso indireto: para o autor, as intuições podem ser reveladas através de nossa capacidade de associar uma situação ao proferimento e assim verificá-lo.

Consideremos então a hipótese que a análise semântica do enunciado depende inteiramente do conteúdo do discurso indireto sobre um enunciado proferido. Não há para Borg, por mais simples que sejam enunciados como “João mora em Maranguape”, uma maneira únivoca de identificar o que é dito pelo proferimento deste enunciado. Um falante competente pode informar o conteúdo asserido de muitos modos distintos, todos baseados na locução genérica “ao proferir *p*, o falante diz que *q*”<sup>34</sup>:

- i. Maria disse que João mora em Maranguape.
- ii. Maria disse que seu melhor amigo mora em Maranguape.
- iii. Maria disse que João mora aqui.
- iv. Maria disse que o professor de Lógica de seu filho mora em Maranguape.
- v. Maria disse que seu ex-namorado mudou-se para o bairro onde queria morar.
- vi. João disse que comprou o apartamento do qual falava.

É plausível defender que embora em um contexto apropriado os exemplos *i* – *iv* podem ser compreendidas através do conteúdo intuitivamente expresso de “João mora em Maranguape”, nem todas as formulações podem ser consideradas semanticamente relevantes. Algumas delas, *v* e *vi*, por exemplo, parecem não ter relação com o significado intuitivamente atribuído ao enunciado original, sendo resultados de processos inferenciais que consideram o contexto conversacional no qual o proferimento ocorre. É possível imaginar um contexto no qual *v* informa adequadamente o conteúdo asserido por Maria através de “João mora em Maranguape”; se Maria estiver em um contexto onde os interlocutores questionam-se quanto ao paradeiro de seus ex-cônjuges, apesar de ser possível informar o conteúdo do enunciado original através de *v*, podemos sugerir que há um grande desvio do conteúdo originalmente asserido. Para Borg, isto é razão suficiente para descartarmos a primeira hipótese quanto a relação entre o que é dito e teoria semântica.

Vejamos o caso da segunda hipótese, a de que a análise semântica depende de uma noção do que é dito submetida a critérios de propriedade (*what is said'*), que por sua vez é determinada pela teoria semântica adotada. O problema reside na possibilidade de que atribuir relevância semântica ao conteúdo de

---

<sup>34</sup> Cf. BORG, 2002, p. 10.

discursos indiretos exijam critérios que permitam excluir casos nos quais o conteúdo informado seja fruto exclusivo de inferências fornecidas pelo contexto de uso, como no exemplo v. Tais critérios podem ser dependentes da teoria semântica (segunda hipótese) ou independentes desta (terceira hipótese). No primeiro caso, a noção de *what is said'* que se supõe ser semanticamente relevante pode ser definida como “o que é dito literalmente”, ou como “o que é dito *stricto sensu*”, no qual pretende-se transmitir o conteúdo semanticamente expresso isolando-o do conteúdo que é comunicado pragmaticamente. Fica a pergunta de como é possível defender que a análise semântica de um enunciado dependa da noção de *what is said'*, por sua vez é definida semanticamente, sem entrar num círculo vicioso.

Os defensores da segunda hipótese utilizam de uma distinção entre caráter metafísico e caráter epistêmico de uma relação<sup>35</sup>: podemos pensar que uma teoria semântica determine metafisicamente o conteúdo proposicional que caracteriza a noção de *what is said'*, e que o caráter informativo deste seja determinado epistemicamente. Em outras palavras, o conteúdo proposicional de *what is said'* atua como guia do conteúdo elaborado por uma teoria semântica, sem que isto deva ser interpretada como uma influência direta. A noção de *what is said'* é pensada como tendo uma acessibilidade epistêmica superior àquela presumidamente associada à noção de conteúdo semântico<sup>36</sup>, sendo tal caracterização a justificação do papel epistêmico a ela atribuído. Borg questiona então se o enunciado contido em “Maria disse que João mora em Maranguape” exprime o conteúdo literal de “João mora em Maranguape”, e aponta a ausência de intuições que permitam responder devidamente a questão, visto que nenhuma resposta pode ser obtida sem a utilização de uma teoria semântica que permita distinguir casos em que a comunicação expressa o que é dito *stricto sensu* de casos em que isto não ocorre. A circularidade portanto não consegue ser evitada, o que justificaria o abandono da segunda hipótese.

Na terceira hipótese, na qual a análise semântica de um enunciado é influenciada pela noção de *what is said'*, determinada por critérios não semânticos, seus defensores podem argumentar que os critérios de adequação d' o que é dito' são critérios sintáticos: o conteúdo proposicional expresso pelo que é dito' não pode

---

35 *Ibid.*, p. 14.

36 *Ibid.*

conter elementos que não correspondam a expressão *articulada sintaticamente*<sup>37</sup> na forma lógica do enunciado. Isto quer dizer que o conteúdo proposicional informado por discurso indireto é considerado adequado apenas no caso em que há uma *exata correspondência* entre constituintes proposicionais de tal conteúdo e constituintes sintáticos da forma lógica do enunciado. Mas seria a noção de “correspondência” suficientemente abrangente para dar conta da relação entre “João mora em Maranguape” e “Maria disse que o professor de Lógica de seu filho mora em Maranguape”? A expressão sintaticamente articulada “João” pode corresponder ao conteúdo expresso por “o professor de Lógica de seu filho”? Embora ambas as expressões denotem um indivíduo que é sujeito da predicação “mora em Maranguape” e que tal indivíduo seja o mesmo em ambos os casos, dada as circunstâncias, parece que *iv* não possui o mesmo caráter informativo do proferimento original. Ao adotar a terceira hipótese, corremos o risco de assumir uma noção de “correspondência” que requer uma relação de identidade. Se o único conteúdo do discurso direto semanticamente relevante é o conteúdo expresso pela reprodução rigorosa da expressão utilizada para proferir “João mora em Maranguape”, então a noção de *what is said'*, no que nos reconduz ao conteúdo sintático, torna-se redundante, e portanto irrelevante. Tal consideração é a que nos leva a descartar esta hipótese.

As três primeiras hipóteses descartadas fundamentam-se na relevância semântica da relação entre o que é dito e teoria semântica. As duas últimas, por sua vez, refutam a ideia de que o discurso indireto pode ser genuinamente informativo sob uma perspectiva semântica, o que descarta a possibilidade de que qualquer noção d'o que é dito (seja intuitiva ou fundamentada em critérios sintáticos/semânticos) possa influenciar no conteúdo semanticamente expresso por um proferimento. A hipótese *v* chega a tal conclusão negando a existência de qualquer relação entre o que é dito e conteúdo semântico; embora logicamente possível, a ideia parece contra-intuitiva e indesejável, visto que nos induz a negar a existência de um nexo entre a interpretação que uma teoria semântica atribui a um proferimento e o *report* do que o enunciado expressa em um contexto. A existência

---

37 Como vimos no primeiro capítulo, articulação sintática é diferente de articulação fonética. Fica a pergunta sobre quais tipos de constituinte proposicionais foneticamente inarticulados são articulados sintaticamente.

de tal ligação deve ser mantida a fim de preservar a intuição de que o conteúdo de um ato comunicativo de uma língua L tem relações com a semântica de L.

Retornemos então à quarta hipótese, que defende que a noção d'o que é dito é dependente da noção de conteúdo semanticamente expresso, não sendo a recíproca verdadeira. Segundo esta perspectiva, defendida por Borg, a noção d'o que é dito depende do conteúdo semântico enquanto este fornece o ponto de partida para a elaboração do que o falante pretende comunicar. Isto é, a noção considerada necessária de processos de natureza pragmática que, como vimos anteriormente, não podem ser reduzidos à interpretação do conteúdo semanticamente expresso:

Descobrir o que é dito é sempre descobrir o que alguém diz, em qualquer momento, em qualquer lugar; trata-se essencialmente de uma noção que envolve muito mais do que informações semânticas, e é por isto que não podemos esperar que uma noção semanticamente informativa surja a partir de considerações essencialmente pragmáticas.<sup>38</sup>

O conteúdo semântico fornece o *input* para a derivação pragmática da noção de *what is said*. A caracterização da noção de explicatura contida na Teoria da Relevância ressalta tal justificação: basta pensar na definição de explicatura enquanto derivação da forma lógica. O conteúdo da explicatura é derivado não apenas a partir da expressão linguística, mas também do contexto. Os processos de derivação da explicatura possuem portanto um duplo caráter: decodificação linguística e inferência pragmática<sup>39</sup>.

Como argumentaram Cappelen e Lepore, nossas intuições sobre o que o falante diz são influenciados por considerações sobre as ideias e crenças do falante, pelo contexto conversacional no qual ocorre o proferimento, por estados de coisas, relações lógicas entre diferentes proferimentos, etc<sup>40</sup>. O conjunto de considerações contabilizadas na determinação intuitiva da noção de *what is said* é ampla o bastante para não ser vinculada à mera análise de significados linguisticamente codificados.

A posição de Borg aparenta recuperar as antigas observações sobre o caráter eminentemente pragmático da noção de *what is said*, caracterizando-a como uma análise bastante completa da relação entre semântica e pragmática. Um dos

<sup>38</sup> Ibid., p. 128, tradução nossa.

<sup>39</sup> CARSTON, 2002, p. 117.

<sup>40</sup> CAPPELEN e LEPORE, 2005, p. 139.

principais aspectos que tal posição destaca é a definição de um raio de ação da Semântica, isto é, observa que uma teoria do conteúdo semântico é adequada somente se der conta das intuições que possuímos sobre o conteúdo de um ato linguístico, sobre o conteúdo *dito* pelo falante. A ideia do autor é preservar um espaço para a teoria semântica ao invés de incluí-la no rol de fatores destacados por Cappelen e Lepore como determinantes d'o que é dito; neste sentido, Semântica e teoria da comunicação são definidos como âmbitos distintos e não sobrepostos, embora tal solução não negue a possibilidade de haver um nexo entre ambos, o que é o caso da atribuição à Semântica, do papel de *input* para o desenvolvimento de uma teoria global da comunicação.

Em conclusão, a análise da noção de *what is said* realizada ao longo deste capítulo nos levou a dois resultados: o reconhecimento do caráter pragmático de tal noção, e consequentemente a identificação de uma distinção entre o que é dito e conteúdo semântico. Nossa investigação concentrar-se-á neste último, a fim de determiná-la devidamente, focando na questão de se ele configura um conteúdo *vero-condicional*.

### 3 SOBRE CONTEÚDO SEMÂNTICO

#### 3.1 Conteúdo semântico e condições de verdade

##### 3.1.1 O minimalismo de Cappelen e Lepore

O *minimalismo semântico* fundamenta-se na ideia de que existe um nível de significação *minimamente* influenciado pelo contexto; tal nível recebe o nome de conteúdo semântico, ou conteúdo semanticamente expresso, sendo a combinação do significado lexical e sua devida saturação. A influência do contexto sobre este conteúdo é sintática, e limita-se a desambiguações e designação de valores semânticos a expressões indexicais. A fim de determinar o conteúdo semanticamente expresso do proferimento do enunciado S, é portanto necessário seguir o seguinte roteiro:

- i. Especificar o valor semântico da expressão de S,
- ii. Especificar as regras de composição do significado,
- iii. Definir expressões ambíguas ou polissêmicas de S,
- iv. Determinar o valor semântido de expressões indexicais de S.<sup>1</sup>

Investiguemos agora o caráter proposicional do conteúdo semântico: podemos identificar o conteúdo semântico com a proposição semanticamente expressa? Em outros termos, o conteúdo semântico é *vero-condicional*? Concentraremos-nos primeiramente na avaliação da tese de que o enunciado exprime uma proposição mínima, independente do contexto, salvo casos de desambiguação e designação de valores aos indexicais. Esta visão é confrontada por aqueles que acreditam que, em alguns casos, o enunciado não pode exprimir uma proposição, ou o que é o mesmo, não pode ser associado a condições de verdade<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> CAPPELEN, H.; LEPORE, E; 2005, 144-145.

<sup>2</sup> BACH (1994, 2006), CARSTON (2002), RECANATI (2004, 2005), SPERBER e WILSON (1995) são alguns dos críticos à tese minimalista.

Casos como estes devem ser necessariamente distintos daqueles nos quais a existência de uma proposição semanticamente expressa é reconhecida, apesar de esta ser incapaz de expressar o conteúdo intuitivamente comunicado pelo falante:

- A: - Está com fome?  
 B: - Eu tomei café da manhã.

O enunciado B exprime intuitivamente a proposição de que *tomei o desjejum na manhã do proferimento*, isto é, é intuitivamente verdadeiro somente se o falante tiver tomado o desjejum na manhã em que proferiu o enunciado. Apesar disto, parece razoável afirmar que B expresse a proposição mínima de que *eu tomei café da manhã em qualquer momento anterior ao tempo do proferimento*<sup>3</sup>. Vimos no segundo capítulo que a noção de proposição intuitivamente expressa (*what is said*) não é semanticamente relevante; mas a existência de um conteúdo semântico proposicional a princípio não é afetada pela impossibilidade de captar as intuições dos falantes sobre as condições de verdade de nossos proferimentos. Isto é, o princípio de que a semântica é subdeterminada quanto às condições de verdade das proposições intuitivamente expressas não implica na impossibilidade da semântica lidar com significados proposicionais.

BACH (1994) analisa casos análogos a “eu tomei café da manhã”, aos quais atribui os fenômenos de *expansão* e *completamento*. O primeiro consiste no enriquecimento da proposição semanticamente expressa a fim de se obter a proposição intuitivamente expressa pelo proferimento; isto é, age sobre uma proposição completa (a proposição mínima) restituindo-lhe a proposição apropriada ao escopo comunicativo do falante. O completamento, ao contrário, atua a nível pré-proposicional, em qualquer proferimento que não tenha condições de exprimir uma proposição, assim como a desambiguação e a designação de valor semântico a indexicais.

A diferença entre os fenômenos exclui a possibilidade de uma proposição mínima ser expressa pelo proferimento de qualquer enunciado (levando em conta os casos de completamento). Considere os enunciados abaixo:

- i.       O aço não é forte o bastante.

<sup>3</sup> A existência de proposições mínimas é fortemente criticada por defensores da abordagem semântica ao problema dos constituintes inarticulados. Uma vez que expomos suas limitações nos capítulos anteriores, abriremos mão de seus argumentos.

- ii. João está pronto.

A sugestão de Bach é que tais enunciados, embora sintaticamente completos, são incompletos semanticamente, visto não expressarem uma proposição completa. O enunciado *i* não pode ter seu valor de verdade avaliado se não fornecer informações contextuais que nos permita avaliar a força do aço: “O aço não é forte o bastante para sustentar um peso superior a 100 kg”. Não há sentido em questionar se o aço é suficientemente forte *simpliciter*, quando é relevante saber para quais propósitos o aço é suficientemente forte. “Segundo qual parâmetro deve ser avaliada a força do aço a fim de atribuimos valores de verdade ao enunciado *i?*”, parece ser o questionamento feito por Bach. O mesmo vale para o segundo caso: o que significa dizer que João está pronto pura e simplesmente? Mais uma vez é necessário especificar para o que João foi considerado pronto, a fim de podemos avaliar a veracidade do proferimento do enunciado *ii*.

Em contrapartida, Cappelen e Lepore tentam mostar que tais exemplos não questionam a proposicionalidade do conteúdo semântico, entendendo conteúdo semântico de um enunciado S como “a proposição que todos os proferimentos de S expressam (quando adaptamos [ao contexto] ou mantemos fixo os valores semânticos de expressões claramente sensíveis ao contexto)”<sup>4</sup>. A posição dos autores é a que se segue:

- i. O proferimento de “o aço não é forte o bastante” exprime a proposição de que o aço *não é forte o bastante* é verdadeiro somente no caso do aço não ser forte o bastante.
- ii. O proferimento de “João está pronto” exprime a proposição de que João está *pronto* e é verdadeiro somente no caso de João estar pronto.<sup>5</sup>

O argumento dos autores consiste em mostrar como as alegações de incompletude semântica de enunciados do tipo *i* e *ii* utilizados por Bach, enquanto fundadas em preocupações de ordem metafísica, não são semanticamente relevantes, nem exclusivamente aplicáveis à proposição mínima defendida pelo minimalismo. O argumento se articula em duas fases: primeiro mostra a natureza metafísica da objeção à noção de proposição mínima; em seguida mostra as

---

4 *Ibid.*, p. 2.

5 *Ibid.*, p. 155.

consequências de tais objeções, que se consideradas legítimas, nos conduziria ao que os autores chamam de “niilismo metafísico”.

Apliquemos a estratégia argumentativa de Cappelen e Lepore ao enunciado “João está pronto” e à objeção de que ele não pode expressar uma proposição completa a menos que tenhamos um parâmetro em relação ao qual validaremos a disposição atribuída ao sujeito da frase. O primeiro passo sugerido pelos autores consiste em perguntar o que há em comum em todas as pessoas as quais é atribuído o predicado “estar pronto”<sup>6</sup> em circunstâncias diversas. Imaginemos que uma pessoa A esteja pronta para submeter sua pesquisa, uma pessoa B esteja pronta para ir à universidade e uma pessoa C esteja pronta para ser entrevistado. Existem duas respostas à questão de se existe algo em comum entre A, B e C:

- i. A, B e C possuem em comum o fato de estarem na mesma relação com seus respectivos projetos: A está na mesma relação com o projeto de submeter sua pesquisa que B, com seu projeto de ir à universidade e que C está com o projeto de ser entrevistado. O que os três têm em comum é o fato de estarem *prontos*.
- ii. A, B e C nada têm em comum.

Os autores consideram a primeira opção como a mais plausível: “eles realmente estão *prontos*. O que é diferente de *terem terminado* os projetos, *estarem entusiasmados* com os projetos, *estarem preparados* para os projetos, *serem bons* com os projetos, etc”<sup>7</sup>. Vale ressaltar que a opção i também pode ser defendida por aqueles que defendem que “João está pronto” é semanticamente incompleta; nada os impede de defender de que A, B e C estejam prontos para seus projetos. A ideia é que o predicado “estar pronto” expressa uma propriedade cuja extensão inclui A, B e C, o que permite considerar o exemplo utilizado como uma proposição completa, a saber, a proposição de que *João está pronto*.

Além disso, os autores discutem a relevância semântica de preocupar-se em definir de maneira clara e distinta a propriedade *estar pronto*; tanto o minimalista quanto o defensor da incompletude semântica estão sujeitos às mesmas dúvidas quanto a identificação do predicado em questão. Entretanto, a pergunta “o que

---

<sup>6</sup> *Ibid.*, p. 166-167.

<sup>7</sup> *Ibid.*, tradução nossa.

significa estar pronto *simpliciter*?" é uma pergunta metafísica, e enquanto tal, não compete ao semanticista, seja minimalista ou não.

Podemos esquematizar o argumento de Cappelen e Lepore da seguinte maneira:

- i. Se o predicado "estar pronto" exprime uma propriedade, então o enunciado "João está pronto" exprime uma proposição.
- ii. O predicado "estar pronto" exprime uma propriedade, visto que é possível defender que uma pessoa A esteja pronta para submeter sua pesquisa, uma pessoa B esteja pronta para ir à universidade, e uma pessoa C esteja pronta para ser entrevistada, havendo uma coisa em comum, o fato de estarem prontas.
- iii. Logo, o enunciado "João está pronto" expressa uma proposição.

A segunda fase da estratégia argumentativa de Cappelen e Lepore consiste em mostrar como a refutação de i-iii, baseada na falta de fundamento da premissa *ii*, nos leva a assumir uma postura sujeita à mesma preocupação metafísica que o minimalismo<sup>8</sup>. Suponhamos refutar a premissa *ii* negando que pessoas diferentes, em circunstâncias diferentes, estando prontas para diferentes coisas, possam estar *prontas*. A pergunta feita pelos teóricos supracitados é: se afirmamos que pessoas diferentes não podem estar todas *prontas*, podemos afirmar que estas mesmas pessoas podem estar todas *prontas para uma entrevista*? Tudo nos leva a crer que sim, mas se aceitamos tal resposta, acabamos diante do problema antes apresentado pelo predicado "estar pronto". "Estar pronto para uma entrevista" abrange inúmeros modos de estar pronto para uma entrevista: para dar uma entrevista, para preparar uma entrevista, para assistir uma entrevista, para aplicar a entrevista, etc. Em todos esses casos existe uma pessoa *pronta para uma entrevista*. O problema é claro: se no caso do predicado "estar pronto" era lícito afirmar que o fato de pessoas diferentes estarem prontas para diferentes coisas não implicaria no fato de *todas as pessoas estarem prontas*, como o fato de pessoas diferentes estarem prontas para dar/escrever/aplicar/assistir/etc uma entrevista nos autoriza afirmar que *todos estão prontos para uma entrevista*? Se permitirmos que tais perplexidades atuem sobre nossas considerações semânticas, teremos de admitir que um enunciado com "João está pronto para uma entrevista" não expressa

---

<sup>8</sup> *Ibid.*, p. 168-169.

uma proposição completa, e que o proferimento de tal enunciado só poderá ser considerado verdadeiro ou falso se possuirmos a informação contextual sobre a natureza da entrevista: “João está pronto para uma entrevista de emprego”, e assim por diante.

A possibilidade de uma análise generalizada de diferentes predicados que destaque a dificuldade em identificar propriedades que nos permita atribuir-lhe uma extensão levaria-nos a um “niilismo metafísico”, definido como a postura que defende a impossibilidade de atribuir uma mesma propriedade a dois objetos distintos.

O niilismo metafísico revela-se portanto uma posição indefensável<sup>9</sup>; retornemos às considerações que nos levaram aos argumentos de tal perspectiva:

1. O predicado “estar pronto” não exprime uma propriedade, visto que o fato de que pessoas diversas em circunstâncias diversas, estando prontas para diferentes coisas não implica no fato de que possam estar todas prontas.

Somos levados a aceitar, sob a base da premissa acima que:

- 1.1. O predicado “estar pronto para uma entrevista” não expressa uma propriedade.
- 1.2. O predicado “estar pronto para uma entrevista de emprego” não expressa uma propriedade.
- 1.3. E assim por diante.

E por fim aceitar a hipótese niilista que nenhum predicado exprime uma propriedade. Para Cappelen e Lepore, a fim de refutar a premissa do niilismo metafísico, precisamos reconhecer a veracidade de premissa *ii* de sua estratégia argumentativa:

ii. O predicado “estar pronto” exprime uma propriedade, visto que é possível defender que uma pessoa A esteja pronta para submeter sua pesquisa, uma pessoa B esteja pronta para ir à universidade, e uma pessoa C esteja pronta para ser entrevistada, havendo uma coisa em comum, o fato de estarem prontas.

---

<sup>9</sup> O niilismo metafísico se levado às últimas consequências impossibilitaria inclusive uma filosofia da linguagem, negando, por exemplo a possibilidade de falar de um mesmo enunciado proferido em diferentes contextos. Sobre isto, cf. CAPPELEN, H.; LEPORE, E., 2005, p. 163.

Para os autores, resta-nos escolher entre niilismo metafísico ou minimalismo semântico.

### 3.1.2 As objeções de Bach

Uma das objeções feitas por BACH (2006) ao argumento de Cappelen e Lepore apresentado acima diz respeito à justificação da ideia de que o predicado “está pronto” exprime uma propriedade. Segundo os autores, é possível alegar que uma pessoa A que está pronta para apresentar sua pesquisa, uma pessoa B que está pronta para ir à universidade e uma pessoa C que está pronta para fazer uma prova possuem algo em comum, isto é, o fato de *estarem prontos*. Embora seja válido defender que A, B e C possuam algo em comum, isto deve ser identificado na propriedade de *estar pronto para algo*<sup>7</sup>; esta propriedade é reconhecida pelos próprios autores como diferente da de *estar pronto*: “[...] entendemos de que nem todos os proferimentos de 'João está pronto' expressam a proposição de que João está pronto para algo, mas que expressam a proposição de que João está pronto, e não queremos caracterizar esta proposição como abstrata”<sup>8</sup>. Portanto, Bach defende que a justificação dada a segunda premissa de Cappelen e Lepore não seja adequada; o fato de três pessoas compartilharem a propriedade de estar prontos para algo não é razão suficiente para sustentar que o predicado *estar pronto* expresse uma propriedade. A premissa necessita de esclarecimentos posteriores para cumprir seu propósito.

Consideremos  $R^a_b$  e  $R^c_d$ , onde R seja uma relação e a, b, c e d sejam indivíduos. Diríamos que a e b estão na mesma relação que c e d. Isto não quer dizer, entretanto, que a e c possuem em comum o fato de estarem em R; aplicando este princípio ao exemplo de Cappelen e Lepore, os indivíduos A, B e C podem ter algo em comum, mas não necessariamente a propriedade de *estar pronto*. A hipótese de que o predicado “estar pronto” não expresse uma propriedade não pode ser simplesmente descartada pelos autores minimalistas:

Eles presumem que “estar pronto” expressa a propriedade de estar pronto e que “ter o bastante” expressa a de ter o bastante. Eles reconhecem que tais especificações vagas não satisfarão seus opositores, mas como um padre que recomenda aos curiosos quanto à natureza da água benta procurar um químico, recomendam aos

7 Cf. BACH, 2008, p. 6.

8 CAPPELEN e LEPORE, 2005, p. 97, tradução nossa.

curiosos quanto às supostas propriedades a consultar um metafísico. Mas e se a consulta com um metafísico revelar que “estar pronto” e “ter o bastante” não expressam propriedades, e sim, funções de propriedade ou algo do tipo? Cappelen e Lepore teriam de concluir que frases como “Art está pronto” e “Bart tem o bastante” não expressam propriedades de forma alguma.<sup>9</sup>

Se o predicado “estar pronto” não expressa uma propriedade, e sim uma relação, o enunciado João está pronto não expressa uma proposição, a menos que reconhermos a existência de uma variável na forma lógica da frase que preencha a lacuna da relação *estar pronto* (João, x). Resta a questão: por que devemos concluir que nenhum outro enunciado pode expressar uma proposição? O fato de “João está pronto” não expressar uma proposição implicaria as mesmas consequências para “João está pronto para um exame”?

A resposta de Cappelen e Lepore é de que se a incompletude semântica de um enunciado como “João está pronto” é revelada a partir de sua incapacidade de responder se João está pronto para algo sem apelar para o contexto do proferimento, da mesma forma um enunciado como “João está pronto para um exame” deverá ser considerado semanticamente incompleto, visto que sem apelar para o contexto é incapaz de responder para que tipo de exame o sujeito do enunciado está pronto. E sendo esta uma situação potencialmente identificável em qualquer enunciado, se aceitarmos a hipótese da incompletude semântica, reconheceríamos a impossibilidade de qualquer enunciado expressar uma proposição.

Bach se contrapõe aos autores, chamando sua atenção para o fato de que a incompletude semântica de enunciados do tipo “João está pronto” não é revelada por sua falta de especificação, mas pelo fato de que suas condições de verdade só serão determinadas apelando para informações contextuais. No caso de “João está pronto para um exame”, o fato da natureza do exame não ter sido informada é prescindível na determinação do valor proposicional do enunciado. O questão aqui é a necessidade ou não de questionamentos posteriores para que valores de verdade sejam atribuídos a um dado enunciado; esta possibilidade não diz respeito a questões de incompletude semântica, apenas revela a possibilidade de que um

---

<sup>9</sup> BACH, 2008, p. 5.

enunciado pode conter um conteúdo muito mais rico do que aquele semanticamente expresso, ainda que este conteúdo possua caráter proposicional<sup>10</sup>.

### 3.1.3 O minimalismo de Borg

Borg assume a defesa de uma postura que reconhece a existência de um nível de significado minimamente influenciado pelo contexto e dotado de caráter proposicional de maneira distinta da utilizada por Cappelen e Lepore; para a autora, todos os enunciados expressam uma proposição completa independente do contexto de enunciação. Casos como “o aço não é forte o bastante” e “João está pronto” podem ser explicados através de uma análise sintática que destaque a existência e elementos sintáticos inarticulados, isto é, a necessidade da complementação do sentido é de natureza puramente linguística<sup>11</sup>. Nos exemplos citados acima, a existência de um referencial a fim de avaliar a resistência do aço e a possibilidade de João estar pronto apparentam ser requeridas pelas expressões *o bastante* e *pronto* e portanto, estaríamos lidando com a forma lógica dos enunciados considerados. Consideremos um terceiro exemplo, “Lucas acabou”, caracterizado pela existência de um verbo transitivo, “acabar”, que exige um sujeito e um complemento. “Lucas” cumpre a função de sujeito da frase; o complemento, entretanto, precisa ser considerado como articulado na forma lógica da frase. É esta necessidade de complementação que leva Borg a acreditar na existência de um elemento linguístico inarticulado, mas absolutamente necessário<sup>12</sup>.

Nos três casos supra-enunciados, a ausência de referenciais para as expressões “o bastante” e “pronto”, bem como a de um objeto direto para “acabou” impede que os mesmos expressem uma proposição completa. A exigência feita por Recanati quanto ao caráter facultativo nos leva a descartar a hipótese de que estejamos lidando com constituintes proposicionais fortemente inarticulados, restando-nos considerá-los fracamente inarticulados, ou articulados na forma lógica dos enunciados.

---

10 Basta considerar a distinção entre proposições semanticamente expressas e proposições intuitivamente expressas.

11 BORG, 2005, p. 225-228.

12 Note que o argumento de Borg vai de encontro a abordagem pragmática proposta por Recanati, especificamente seu *criterio de opcionalidade*, descrita no primeiro capítulo: um constituinte é fortemente inarticulado se pudermos imaginar contextos cuja ausência do mesmo não impeça o proferimento de expressar uma proposição completa.

Um traço essencial da proposta de Borg considera a natureza dos elementos foneticamente inarticulados que o autor identifica na forma lógica dos exemplos. Tomemos como exemplo a forma lógica do enunciado “Lucas acabou”:

$$\exists x (A^{\text{Lucas}}_x)^{13},$$

bem como sua proposição semanticamente expressa “Lucas acabou alguma coisa”.

Como é possível observar, a forma lógica acima possui um quantificador existencial que atua como objeto direto do predicado “acabou”. Embora tanto Borg quanto Stanley defendam que a semântica é capaz de atribuir condições de verdade às nossas declarações, os autores atribuem papéis distintos às intuições do falante, no tocante ao valor de verdade de nossos proferimentos:

[O indexicalismo] oferece uma semântica que considera nossos julgamentos intuitivos, ao passo que o minimalismo não o faz. [...] Para um indexicalista, se nossas intuições sugerem que o conteúdo de uma frase muda, através da mudança no contexto do proferimento, esta é uma evidência da existência de uma sintaxe sensível ao contexto nesta frase.<sup>14</sup>

De acordo com Borg, em casos como “Lucas acabou”, a abordagem semântica de Stanley introduz variáveis livres na forma lógica de tais enunciados, que recebem seu valor contextualmente. No tocante às duas abordagens, partiremos de um contexto no qual a esposa de Lucas informa seus pais que pelo fato de Lucas ter acabado sua dissertação, poderão agora visitá-los. A proposição intuitivamente expressa portanto seria “Lucas acabou a dissertação”. Para Stanley, tal proposição também seria a semanticamente expressa por “Lucas acabou”<sup>15</sup>. As diferenças entre as abordagens podem ser facilmente identificadas no esquema abaixo:

---

13 Onde “A” expressa a relação “x acabou y”.

14 BORG, 2009, p. 27, tradução nossa.

15 Para Stanley, todos os efeitos contextuais sobre as condições de verdade intuitivamente associadas a um proferimento são linguisticamente transmitidos.

	BORG	STANLEY
<b>FORMA LÓGICA DE "LUCAS ACABOU"</b>	$\exists x (A^{\text{Lucas}}_x)$	$A^{\text{Lucas}}_x$
<b>PROPOSIÇÃO SEMANTICAMENTE EXPRESSA</b>	<i>Lucas acabou alguma coisa</i>	<i>Lucas acabou a dissertação</i>
<b>PROPOSIÇÃO INTUITIVAMENTE EXPRESSA</b>	<i>Lucas acabou a dissertação</i>	<i>Lucas acabou a dissertação</i>

Como é possível observar, as estratégias sintáticas realizadas por Borg e Stanley a fim de reconhecer o caráter proposicional do conteúdo semanticamente expresso nos conduz a resultados diversos, que podem ser incluídos nas atribuições de uma teoria semântica. A perspectiva adotada por Borg, conforme vimos, consiste em uma notável cisão entre semântica e teoria da comunicação, no sentido em que retira da semântica o papel de lidar com as intuições do falante quanto ao conteúdo comunicado pelos proferimentos. Stanley diverge de Borg ao descartar a proposição semanticamente expressa no tocante a este papel.

A mesma estratégia pode ser adotada em casos como “o aço não é forte o bastante” e “João está pronto”, os quais, segundo Borg, expressam as proposições mínimas - “o aço não é forte o bastante para determinado propósito” e “João está pronto para algo”, respectivamente. As abordagens de Stanley e Borg podem ser pensadas como próximas se considerarmos que a noção de condições de verdade intuitivas de Stanley aproxima-se de intuições que são consideradas de caráter teórico (*tutored intuitions*). Além disso, não há nada que permita a Stanley identificar variáveis existencialmente vinculadas além daquelas que recebem seu valor contextualmente. Neste sentido, a diferença entre o indexicalismo e o minimalismo se encontra na investigação empírica sobre a forma lógica dos enunciados considerados.

Resta questionar se a estratégia sintática de Borg, que presume variáveis vinculadas na forma lógica dos enunciados pode ser aplicada a todos os ditos casos de incompletude semântica, o que torna necessária uma análise preliminar da posição teórica de quem identifica na incompletude semântica o caráter fundamental da linguagem, colocando em discussão a possibilidade de atribuir valor de verdade a qualquer enunciado da linguagem ordinária.

### 3.1.4 O contextualismo radical de Travis

O contextualismo de TRAVIS (1996) pode ser considerado radical enquanto questiona a existência da noção de proposição semanticamente expressa; sua tese é de que qualquer enunciado da linguagem ordinária, mesmo após os processos de desambiguação e de saturação, não expressa uma proposição, ou um conteúdo vero-condicional. Neste sentido sua crítica ao minimalismo é generalizada e não depende da identificação de casos problemáticos como os exemplos que enumeramos, nos quais é possível utilizar a noção de incompletude semântica. Isto pode ser extendido a qualquer enunciado da linguagem ordinária. Consideremos o enunciado “a maçã é/está vermelha”<sup>16</sup> em contextos diversos:

CONTEXTO 1: Anne e seu filho vão a uma feira livre para comprar maçãs; cada fruta comprada é colocada em uma sacola diferente, de acordo com a cor de sua casca. Existem maçãs amarelas, verdes e vermelhas, de modo que Anne utiliza o proferimento em questão para referir-se a uma delas.

CONTEXTO 2: Uma vez compradas as maçãs, Anne descobre que os pomares da região foram atingidos por um fungo que torna vermelha a polpa das maçãs; verificando as frutas adquiridas, ela e seu filho passam a separá-las pela cor de sua polpa. Cortando a maçã referida no exemplo anterior ao meio e constatar que a mesma está saudável, Anne profere “A maçã é/está vermelha”.

Intuitivamente concluimos que o proferimento sobre a mesma maçã é verdadeiro no primeiro caso, e falso no segundo contexto. Portanto, a mesma afirmação sobre um mesmo objeto podem mostrar-se verdadeira em um contexto, e falsa em outro.

A análise feita por Travis sobre estes exemplos é que “se diferenças nas condições de verdade dão origem a diferentes proposições, então o significado das palavras não faz de nenhuma proposição a única que ela pode expressar”<sup>17</sup>. Em outras palavras, se o enunciado “A maçã está vermelha”, uma vez que um referente seja designado para a descrição definida em questão, está associado a condições

---

16 Adaptado de BEZUINDENHOUT, 2002, p. 107.

17 TRAVIS, 1996, p. 455.

de verdade diferentes em contextos diferentes, então não há *uma* proposição semanticamente expressa pelo enunciado.

Por ser possível falar da proposição semanticamente expressa de um enunciado, tal enunciado (uma vez resolvidas suas ambiguidades e indexicalidades) deve possuir condições de verdade unívocas. Um enunciado possui condições de verdade apenas em relação à circunstância na qual foi proferido e tem os efeitos em função dos quais foi proferido. Portanto, variando circunstâncias e intenções, obtemos diversas condições de verdade associadas ao mesmo enunciado. No exemplo acima, o proferimento é no primeiro contexto, cujo objetivo é descrever a cor da pele da maçã a fim de colocá-la na sacola adequada é verdadeiro se e somente se a pele da maçã for vermelha; no segundo caso, cuja intenção é descrever a cor da polpa da fruta a fim de identificar se a mesma é saudável ou não é verdadeira se e somente se a polpa da maçã for vermelha. A falta de condições de verdade unívocas associadas ao exemplo nos leva a crer que o enunciado é incapaz de expressar uma proposição mesmo depois de ter passado por desambiguação e saturação.

Borg expõe perfeitamente a opinião de Travis quando afirma que o autor “recomenda que consideremos de maneira apropriada a natureza *perspectiva* do pensamento e da linguagem: não há significado separado das intenções pelas quais um proferimento é utilizado, nem há interpretação que não seja interpretação em um contexto e por alguma razão”<sup>18</sup>. Não é possível, de acordo com Travis, identificar as condições de verdade de “A maçã é/está vermelha” independentemente das intenções e circunstâncias do proferimento, ou estabelecer o que acontece com determinada maçã vermelha. Isto porque o conceito VERMELHO, linguisticamente codificado a partir do predicado “vermelha” não determina por si só suas condições de aplicabilidade<sup>19</sup>. As condições de aplicabilidade do conceito VERMELHO não são linguisticamente associadas ao próprio conceito, mas baseados nas intenções e circunstâncias do proferimento no qual o predicado “vermelho(a)” faz parte. Em tal postura manifesta-se a radicalidade da tese de que o significado linguístico não é considerado na determinação das condições de verdade de um proferimento, sendo estes essencialmente indeterminados.

---

18 BORG, 2004, p. 224, tradução nossa.

19 TRAVIS, 1996, p. 455.

### 3.1.5 Condições de verdade livres

A resposta minimalista às objeções à possibilidade de associar condições de verdade unívocas a um enunciado da linguagem ordinária baseia-se na redefinição da noção de condições de verdade *livres*, que segundo Borg, são condições que permitem ser atendidas diversos estados de coisas. Elas portanto não especificam um conjunto limitado de condições a serem identificadas no proferimento analisado.

A fim de avaliar o que isto significa consideremos as condições de verdade livres associadas aos exemplos utilizados previamente: se  $u$  é um proferimento de “João está pronto” em um contexto  $c$ , então  $u$  é verdadeiro se e somente se João está pronto para qualquer coisa em  $c$ , por exemplo. Desta forma, as condições de verdade livres associadas aos casos enumerados são atendidas por uma gama de diferentes estados de coisas: um mundo onde João está pronto para viajar, para jantar ou para se submeter a um exame; um mundo no qual a maçã considerada possui casca vermelha ou a polpa vermelha, e assim por diante.

Condições de verdade livres podem ser associadas a qualquer enunciado, o que significa que um enunciado expressa semanticamente *uma proposição*, a saber, a proposição mínima a ele associada.

Recanati (2004) argumenta que estas condições de verdade não são genuínas visto que não permitem distinguir os mundos possíveis nos quais tais condições são atendidas dos mundos nos quais estas não são. Seu argumento baseia-se em casos como “João corta o sol”, os quais SEARLE (1980) alega serem privados de sentido, isto é, que não é possível atestar sua veracidade ou sua falsidade, visto carecerem de um *background*, de um fundamento para avaliar o valor de verdade do proferimento. Qual estado de coisas satisfaz a condição de verdade livre

Se  $u$  é um proferimento de “João corta o sol” em um contexto  $c$ , então  $u$  é verdadeiro se e somente se João cortar o sol em  $c$

identificada por Borg como associadas a um proferimento de “João corta o sol”? A ideia de Searle defendida por Recanati é de que

a condição abstrata que podemos associar a tal frase (envolvendo alguma forma de separação linear da estrutura solar) é abstrata demais para nos permitir diferenciar os mundos nos quais a condição é satisfeita dos mundos nos quais não é<sup>20</sup>.

A resposta de Borg a esta objeção é mesmo em casos deste tipo, o conhecimento que um falante competente possui do significado da expressão que constitui tal enunciado, bem como seu modo de composição, é suficiente para estabelecer sob quais condições um proferimento “sem sentido” seja verdadeiro<sup>21</sup>.

### 3.2 Conteúdo semântico e comunicação

#### 3.2.1 Condições de verdade livres e condições de verdade intuitivas

Uma das objeções levantadas na discussão sobre “condições de verdade livres” considera a propriedade de tais condições quanto as intuições do falante sobre o valor de verdade a ser atribuída aos proferimentos<sup>22</sup>. Dito de outra maneira, as condições de verdade intuitivamente associadas a um proferimento tende a divergir de suas condições de verdade livres. As condições de verdade do exemplo dado por Borg, “Jane não pode continuar”, em um contexto no qual o falante se encontra em uma discussão sobre o futuro de Jane e sua possibilidade de continuar os estudos ingressando em um programa de doutorado seriam descritas desta maneira:

Se  $u$  é um proferimento de “Jane não pode continuar” em um contexto  $c$ , então  $u$  é verdadeiro se e somente si Jane não puder continuar seus estudos (em  $c$ ),

enquanto suas condições de verdade livres seriam:

Se  $u$  é um proferimento de “Jane não pode continuar” em um contexto  $c$ , então  $u$  é verdadeiro se e somente se Jane não puder continuar com o que quer que seja em  $c$ <sup>23</sup>.

A fim de identificar a diferença entre as condições de verdade descritas a cima basta pensar que as condições de verdade livres são presumidamente

---

20 RECANATI, 2004, p. 91.

21 BORG, 2004, p. 236-237.

22 RECANATI, 2004, p. 10-11.

23 Repare que Borg não nos oferece um bom exemplo; podemos interpretá-lo como querendo dizer que *Jane não pode continuar com o que quer que seja*, o que parece ser a interpretação do autor; assim como significando que *Jane não pode continuar com algo específico*.

satisfeitas em *qualquer* mundo possível, visto que em qualquer um deles deve haver algo a qual Jane não poderá continuar a realizar, como por exemplo, permanecer com a mesma idade que possuia no tempo do proferimento, ou ter a mesma relação espacial com todos os outros objetos, e assim por diante<sup>24</sup>. A consequência disto é que a proposição mínima expressa pelo proferimento do exemplo de Borg é uma proposição necessária, visto ser verdadeira em todos os mundos possíveis. A proposição mínima acaba sendo trivial, uma vez que o falante não intenta expressar, no contexto descrito, uma proposição obviamente verdadeira em todos os mundos possíveis; além de ser demasiadamente forte, visto que também não há a intenção de emitir um juízo necessário.

Nos deparamos então com a questão se a diferença encontrada entre condições livres e condições intuivas, e por conseguinte entre proposições mínimas e proposições intuitivamente expressas comprometeria o sucesso da teoria minimalista. Conforme vimos na última parte do capítulo anterior, a restrição feita pelo minimalismo à atuação da semântica separa a dinâmica comunicativa do conjunto do que é semanticamente relevante. A possibilidade de um falante comunicar algo mais rico, articulado ou simplesmente diferente através de processos pragmáticos não ameaça a possibilidade de identificar significados minimamente influenciados pelo contexto de proferimento. A trivialidade das condições de verdade livres é um de seus traços essenciais; tais condições não devem ser analisada à luz das intuições do falante, visto estes serem um traço eminentemente pragmático, não possuindo relevância semântica.

Por fim, Borg chama nossa atenção para o fato de que compreender condições de verdade é diferente de determinar se as mesmas são atendidas ou não<sup>25</sup>. Um proferimento de “Jane não pode continuar” pode ser verificado descobrindo que Jane não pode continuar sua formação devido a falta de recursos, que Jane não pode continuar a beber por problemas no fígado, que não pode continuar dormindo por ter de sair cedo para trabalhar e assim por diante. Isto não quer dizer que tais especificações façam parte do conteúdo semanticamente expresso pela frase e que por isto precisem fazer parte das condições de verdade livres; é possível que nenhuma dessas circunstâncias façam parte do significado

---

24 BORG, 2004, p. 242.

25 *Ibid.*, p. 255.

pretendido pelo falante. Tais considerações chamam nossa atenção para o fato de que em determinado contexto o falante pode estar interessado em avaliar a veracidade de um conteúdo que não coincide com o conteúdo semanticamente expresso pelo enunciado, mas que se relaciona a algum critério comunicativo.

### 3.2.2 O caráter psicológico das proposições mínimas

Nossa investigação nos conduziu a uma defesa do minimalismo semântico de Borg, que reconhece a possibilidade teórica das noções de “condições de verdade livres” e de “proposição mínima”; resta saber se tais entidades não são apenas possíveis, mas se possuem alguma utilidade. Como observa Recanati,

O minimalismo pode ser defendido, assumindo uma postura explicitamente estipulativa. Qualquer um pode garantir a existência, ou pelo menos a possibilidade, de fortes efeitos pragmáticos, e ao mesmo tempo definir a “proposição literalmente expressa pelo proferimento”, de modo que possa atender as restrições minimalistas. [...] Qual o propósito em postular uma proposição mínima?<sup>26</sup>

A resposta do autor é que a postulação da noção de proposição mínima não possui utilidade, visto que não cumpre nenhum papel efetivo no processo de interpretação de um proferimento. O processo de interpretação de um enunciado não deve ser pensado como um processo sequencial que parte da decodificação do significado linguisticamente transmitido – da proposição mínima –, passa pelo enriquecimento através dos processos pragmáticos primários opcionais – pelo *o que é dito* – até as reconstruções inferenciais das implicaturas relacionadas; a proposição mínima não precisa ser primariamente enumerada para que identifiquemos as intenções do falante. Para Recanati, os processos pragmáticos primários de caráter opcional (*livre-enriquecimento, relaxamento, estreitamento e transferência semântica*) atuam *localmente*, isto é, atuam em um nível sub-proposicional alterando o valor semântico atribuído às expressões linguísticas individuais. O processo de composição semântica atua sobre valores potencialmente enriquecidos por processos pragmáticos de primeira ordem; o valor semântico ou representação conceitual assumida pela interpretação do proferimento é dado por seu grau de acessibilidade.

---

26 RECANATI, 2004, p. 161, tradução nossa.

A acessibilidade de uma representação conceitual é o nível de sua ativação; depende de dois fatores: a interpretação das expressões que fazem parte do contexto linguístico e daquilo que Recanati denomina *schemata*, esquemas abstratos do tipo  $\langle\alpha,\beta\rangle$ , onde  $\alpha$  e  $\beta$  representam os valores semânticos que formam um esquema. Uma expressão  $e$ , associada a um valor semântico  $\alpha$ , ativa um esquema abstrato  $\langle\alpha,x\rangle$  caracterizado pela possibilidade de ser instanciado por um valor semântico  $x$  de um certo tipo ( $\beta$ ). A consequência disto é que valores semânticos do tipo relevante têm prioridade no esquema descrito. Na metáfora “A cidade dorme”, se associarmos ao predicado “dorme” sua interpretação literal, ativamos o esquema  $\langle x, \text{DORME} \rangle$  que requer um valor semântico  $x$  relevante (ser humano ou animal)<sup>27</sup>. No processo de interpretação lexical de uma expressão  $e$ , a ativação automática da representação conceitual linguisticamente transmitida por  $e$  determina a derivação, através de processos associativos, de representações conceituais derivadas ou conceitos *ad hoc*. Significado literal e significado derivado são processados simultaneamente e o significado com maior acessibilidade passa a fazer parte da interpretação desejada<sup>28</sup>.

Isto significa dizer que o processo de interpretação de um proferimento não pressupõe sua interpretação literal; esta é necessária apenas localmente, nos constituintes linguísticos singulares do proferimento. Deste modo, Recanati nega à noção de proposição mínima a possibilidade de cumprir algum papel nos processos psicológicos responsáveis pela interpretação de nossos proferimentos. Em suma, não existe nenhum momento do processo de derivação que necessite da proposição mínima, que assim se caracteriza pela completa falta de relevância psicológica.

### 3.2.3 Proposições mínimas e comunicação

Agora que consideramos as objeções de Recanati sobre o papel das proposições mínimas, resta saber estas cumprem algum outro papel comunicativo. Cappelen e Lepore partem da chamada *teoria do pluralismo dos atos de fala*:

Nada é dito (ou asserido, ou afirmado, etc.) por um proferimento: na verdade, são ditas, asseridas, afirmadas, declaradas muitas proposições. O que é dito (asserido, afirmado, etc.) depende de um

27 *Ibid.*, p. 36-37, tradução nossa. Neste caso, a expressão  $e$  é representada pelo predicado “dorme”,  $\alpha$  é o conceito DORME e  $x$  é uma variável que deve ser atendida por um valor semântico de tipo  $\beta$  que se aplica a um ser humano ou a um animal.

28 *Ibid.*, p. 28.

conjunto de fatos distintos da proposição semanticamente expressa, que dependem de um infinito número de aspectos do contexto do proferimento e do contexto daquele que atenta para (ou que pensa sobre) o que foi dito pelo proferimento<sup>29</sup>.

A proposição semanticamente expressa pelo proferimento de um enunciado, ou proposição mínima, é considerada pelos autores supracitados como *uma* das diversas proposições asseridas pelo proferimento; é portanto parte do conteúdo comunicado pelo proferimento<sup>30</sup>. Tal inclusão é extremamente relevante enquanto permite aos autores justificarem o papel da referida noção, que para isto, fazem uso de dois argumentos. O primeiro consiste em apresentar circunstâncias que possam provocar uma falha na comunicação:

- O falante pode ter informações incompletas ou nulas sobre as crenças do destinatário, ou recorda conversações anteriores, ou está atento ao que está à sua volta.
- O destinatário pode ter informações incompletas ou nulas sobre as crenças do falante, ou ter interpretado-o baseado em conversações anteriores, ou está atento à sua atual circunstância
- A combinação das situações descritas acima.<sup>31</sup>

Em tais situações, a proposição semanticamente expressa cumpre o papel de “conteúdo-padrão”, o conteúdo que o falante já espera ser captada pelo destinatário, a despeito das informações relevantes disponíveis do ponto de vista comunicativo. A proposição mínima é considerada um “conteúdo de emergência” em caso de ignorância ou erro.

O segundo argumento consiste na possibilidade da proposição mínima compartilhar conteúdo a despeito de contextos diferentes, isto é, ela permite explicar a possibilidade de um mesmo conteúdo ser expresso em situações diversas: “é o conteúdo semântico que permite aos interlocutores se encontrarem em contextos radicalmente diferentes e compreender um ao outro, concordar ou discordar, questionar e debater entre si<sup>32</sup>.

---

29 CAPPELEN e LEPORE, 2005, p. 4, tradução nossa.

30 Note que Borg, embora defenda uma postura próxima a de Cappelen e Lepore, limita-se a considerar conteúdo semântico de conteúdo comunicado como duas noções distintas, sem preocupar-se em assumir que o primeiro faça parte do segundo.

31 *Ibid.*, p. 183-183.

32 *Ibid.*, p. 152, tradução nossa.

Isto é, Capellen e Lepore atribuem às proposições mínimas um papel duplo: fazer parte de um conteúdo estável em todos os contextos ao qual faríamos recurso caso em casos de falha na comunicação, e ser o tipo de conteúdo que o falante pode utilizar com segurança a despeito de contextos diferentes. Avaliemos agora os fundamentos de tais atribuições.

### **3.2.4 Objeções e respostas**

Consideremos primeiramente a função de conteúdo-padrão atribuída à proposição mínima. Vimos que Cappelen e Lepore consideram a inclusão da proposição mínima na proposição expressa por um proferimento uma condição necessária para que tal proposição cumpra seu papel comunicativo em casos de ignorância ou erro. Borg (2007) questiona a premissa de que o conteúdo semântico faça parte do conteúdo asserido. Digamos que um falante, abrindo a geladeira de sua própria cozinha, profira o enunciado “Não tem nada para comer”. Em casos como este, o falante acharia absurdo considerar que a proposição mínima “não há nada para comer (em todo o universo)” seja parte do que ele quis dizer. O conteúdo de uma declaração é determinado, ainda que parcialmente, pelo que o falante deseja declarar. Se adotarmos a perspectiva do pluralismo dos atos de fala, precisaremos reduzir drasticamente o papel das intenções na determinação do conteúdo de um proferimento. O exemplo acima mostra um falante que em nenhum momento considerou a proposição mínima associada ao proferimento. Casos de ironia explicitam ainda mais esta situação: o falante está completamente consciente da proposição mínima, mas não tem a mínima intenção de declará-la. Estes dois casos nos autorizam a questionar a inclusão minimalista do conteúdo semântico no conteúdo comunicado<sup>33</sup>.

Além disso, o objetivo de Borg é mostrar que o papel de conteúdo-padrão atribuída a proposição mínima não é vinculada ao reconhecimento de tal proposição no conteúdo comunicado; esta possibilidade é trivialmente garantida pelo fato de que a proposição mínima consista num conteúdo que qualquer falante competente de uma língua pode contar simplesmente considerando os aspectos sintáticos do enunciado. O reconhecimento da relevância comunicativa da proposição mínima,

---

33 BORG, 2007, p. 352-353.

longe de ser um traço do minimalismo semântico, representa um enriquecimento desnecessário e possivelmente inadequado.

O autor concorda com Cappelen e Lepore quanto a atribuição do papel de conteúdo-padrão à proposição mínima, visto que a existência de tal conteúdo não é imediatamente correlata ao reconhecimento de seu caráter proposicional. O aspecto convencional da linguagem permite aos falantes competentes reconstruirem, na falta de informações relevantes sobre as intenções do proferimento, um conteúdo semântico independente de tais informações. Nada nos impede de assumir que tal conteúdo possa ter o caráter “mínimo” das proposições mínimas advogadas pelos autores supracitados. É possível argumentar que ele seja o significado linguisticamente associado às expressões singulares que compõem um enunciado proferido em um diálogo onde não hajam informações relevantes quanto às intenções dos interlocutores. A proposição mínima

[...] é um ponto de partida. Suponhamos, pelo bem do argumento, que a proposição de que A é *vermelho* seja trivialmente verdadeira [...]. O ouvinte sabe que o falante está falando de A e sua vermelhidão, e não de ostras, da França, ou da Teoria da Relevância, por exemplo. Há muito sobre o que falar no universo. A proposição semanticamente expressa reduz consideravelmente [este conjunto]<sup>34</sup>.

Vale notar que a observação acima pode ser estendida a um conteúdo semântico não proposicional, aquilo que Bach (1994) chamou proposicional radical. É mais fácil apelar ao significado linguístico dos constituintes da expressão para saber que o falante está falando de A e sua coloração vermelha, do que buscar outros argumentos. O que pretendemos ressaltar aqui é que é impossível fundamentar uma tese de que as proposições mínimas cumprem um papel comunicativo relevante baseado apenas na premissa de que há um conteúdo-padrão utilizados pelos interlocutores em situações de dúvida ou erro. Tais situações não implicam no reconhecimento de um caráter proposicional.

Passemos à argumentação feita por Cappelen e Lepore de que as proposições mínimas consistem em um conteúdo compartilhado o qual os falantes utilizam em contextos diversos de forma estável. Consideremos o seguinte diálogo:

---

34 CAPPELEN e LEPORE, 2005, p. 185, tradução nossa.

A: Devemos partir logo. João está pronto?

B: Não, não está pronto. Não terminou de arrumar suas malas.

C: Esta não é uma razão para acreditar que João não está pronto. Ele pode não estar pronto para partir, mas está pronto para alguma coisa. Talvez esteja pronto para terminar de arrumar as malas, ou para pensar em suas férias, ou para tomar o desjejum... Portanto, João está pronto<sup>35</sup>.

O diálogo descrito representa uma situação na qual os falantes A e B estão discutindo sobre a possibilidade de que John esteja pronto, situação cujo conteúdo compartilhado pelos falantes é a proposição de que John está pronto para sair para o aeroporto. Tal proposição é derivada, segundo a perspectiva minimalista, graças à contribuição (parcial) de fenômenos de natureza pragmática. A intervenção de C muda completamente o fim da discussão visto que nada tem a ver com a questão debatida, ou com o conteúdo que pode ser asserido ou posto em discussão na situação descrita acima. Neste sentido podemos dizer que C se colocou em um contexto radicalmente diferente em relação ao que é compartilhado por A e B. A contribuição de C é completamente irrelevante visto que a proposição a qual C se refere é uma proposição a qual A e B não se interessam em discutir. O que o exemplo quer mostrar é que a proposição mínima, enquanto não é necessariamente parte do conteúdo comunicado por nossos proferimentos, não pode cumprir o papel advogado por Cappelen e Lepore. Estas considerações portanto nos sugere que a noção de proposição mínima, embora coerente do ponto de vista teórico, não exerce nenhum papel significativo em uma teoria da comunicação, o que nos permite descartar e tal noção como teoricamente irrelevante.

---

35 Adaptado de CARSTON (2008).

## CONCLUSÃO

Dado que objetivo primário do presente trabalho é a análise conceitual de noções centrais da filosofia da linguagem como as noções de conteúdo semântico e d'o que é dito, podemos concluir que análise forneceu orientações para enquadrá-los dentro da distinção teórica entre Semântica e Pragmática. Ao longo da pesquisa, identificamos um número de efeitos contextuais sobre a noção de *proposição intuitivamente expressa*, ou o que é dito, que nos levam a lidar com este conceito de forma pragmática.

Os processos primários pragmáticas opcionais que RECANATI (2004) identifica e reúne sob a noção de "modulação de sentido", contribuíram na determinação de um nível de significado que corresponde às condições de verdade intuitivamente associadas aos falantes, mas apesar de desempenhar um papel essencial na determinação do que é dito por um falante através da emissão de uma frase particular em um contexto, permanece a ideia de que é possível um conteúdo, ainda que mínimo, independente destes efeitos contextuais. Vale ressaltar que reconhecer que tais efeitos contextuais, embora necessários para a compreensão de um ato comunicativo, não são necessários para a reconstrução do conteúdo semântico, não pretende a diminuir sua importância, mas atribuir um papel distinto daquele atribuído pela Semântica. Como observa BORG (2004):

Precisamos ter em mente que a questão aqui não é "a informação contextual precisa cumprir um papel ou não?" (questão que sempre será respondida afirmativamente), mas "esta informação tem um papel semântica peculiar a cumprir?" (a questão é sobre a divisão do trabalho).<sup>1</sup>

Considerando a distinção entre o âmbito da Semântica e o raio de atuação de uma teoria da comunicação, tentamos mostrar a possibilidade de combinar uma semântica minimalista como a de BORG (2004) com as teorias de RECANATI (2004) e outros, que enfatizam a necessidade de reconhecer processos pragmáticos na determinação das condições de verdade intuitivamente associadas aos nossos proferimentos. Condições de verdade livres e condições de verdade intuitivas são

---

<sup>1</sup> p. 255.

noções teóricas totalmente compatíveis, associadas a diferentes níveis de significado: o conteúdo semântico, no primeiro caso; o conteúdo comunicado no segundo. A hipótese de que tentamos levantar é que a subdeterminação semântica em relação ao que é dito não seja necessariamente uma subdeterminação semântica das condições de verdade associadas a cada frase (em relação a um contexto de uso). A noção de "condições de verdade livres" postulada por Borg mostrou ter valor teórico, resistindo às objeções postuladas pelos teóricos contextualistas. Minimalismo semântico e contextualismo assim podem ser parcialmente reconciliados, se atribuirmos às duas abordagens concepções diferentes de condições de verdade: uma puramente teórica no primeiro caso, e um conceito que aspira a ter relevância psicológica no segundo. Nesse sentido, o minimalismo semântico parece ter sido marginalizado apenas pela adoção de uma perspectiva psicológica para a análise de diferentes níveis de significado envolvidas na determinação da interpretação associada a um enunciado.

Como destaca Recanati, o caráter local dos processos pragmáticos como o *livre-enriquecimento* torna a reconstrução da interpretação literalmente associada ao proferimento, isto é, a reconstrução da proposição *mínima* por ele expressada uma condição necessária para a derivação da interpretação pretendida pelo falante. A interpretação literal é priorizada em relação à pragmaticamente derivada apenas em nível local: a codificação de significados linguísticamente transmitidos pelos termos individuais que compõem a frase proferida é prioritária no tocante à obtenção de significados derivados ou conceitos *ad hoc*. No entanto, a interpretação literal não é prioritária sobre uma interpretação pragmaticamente derivada a nível global: a derivação desta última pode ser feita sem necessariamente passar pela reconstrução da proposição mínima associada ao enunciado.

Na parte final do trabalho colocamos à prova a utilidade do conceito de proposição mínima em uma teoria da comunicação, obtendo uma avaliação negativa a este respeito. Os diferentes papéis de comunicação atribuídos por CAPPELEN e LEPORE (2005) à noção de proposição mínima resultaram ser mais satisfatórios para outras noções do que para a considerada. O papel padrão dos conteúdos, nos casos de ignorância ou erro por parte do interlocutor quanto às intenções comunicativas do falante, também pode ser cumprida satisfatoriamente por uma

noção de conteúdo semântico mais fraca do que a proposta minimalista, que não tenha o caráter proposicional a ele associado. De forma análoga, o papel do conteúdo compartilhado pelos falantes colocados em diferentes contextos, mostrou-se poder ser satisfeita apenas por uma noção de conteúdo mais forte do que a proposta mínima, de caráter eminentemente pragmático.

Concluímos que a noção de proposição mínima, embora bem fundamentada teoricamente, não desempenha qualquer papel significativo em uma teoria da comunicação, sendo uma noção psicologicamente irrelevante.

## REFERÊNCIAS

- BACH, K. Conversational Implicature. **Mind & Language**. v. 9, n. 2, 1994, p. 124-164. Disponível em: <<http://userwww.sfsu.edu/kbach/impliciture.htm>>. Acesso: 01 ago 2012.
- \_\_\_\_\_. The Excluded Middle: Semantic Minimalism without Minimal Propositions. **Philosophy and Phenomenological Research**. v. 73, n. 2, 2008, p. 435-442. Disponível em: <<http://userwww.sfsu.edu/kbach/Cappelen&Lepore.pdf>>. Acesso: 01 ago 2012.
- BEZUINDENHOUT, A. Truth-Conditional Pragmatics. **Philosophical Perspectives**. v. 16, 2002, p. 105-134.
- BORG, E. The Semantic Relevance of What is said. **Protosociology: Semantic Theory and Reported Speech**. v. 17, 2002, p. 6-24. Disponível em: <<http://www.reading.ac.uk/AcaDepts/lid/Philos/borg/17-Borg%20%281%29.pdf>>. Acesso: 01 ago 2012.
- \_\_\_\_\_. **Minimal Semantics**. Oxford: University Press, 2004a.
- \_\_\_\_\_. Formal Semantic and Intentional States. **Analysis**. v. 64, n. 3, 2004b, p. 215-23. Disponível em: <<http://www.reading.ac.uk/AcaDepts/lid/Philos/borg/formal%20semantics.pdf>>. Acesso: 01 ago 2012.
- \_\_\_\_\_. Intention-based Semantics. LEPORE, E; SMITH, B. (eds.). **Oxford Handbook of Philosophy of Language**. Oxford: University Press, 2005, p. 250-67.
- \_\_\_\_\_. Minimalism versus Contextualism in Semantics. PREYER, G.; PETER, G. (eds.). **Context-Sensitivity and Semantic Minimalism**. Oxford: University Press, 2007, p. 339-359.
- \_\_\_\_\_. Meaning and Context: a survey of a contemporary debate. WHITING, D (ed.). **The Later Wittgenstein on Language**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009, p. 96-113.

CAPPELEN, H.; LEPORE, E. Indexicality, Binding, Anaphora and a Priori Truth. **Analysis**. v. 62, n. 4, 2002, p. 271-281. Disponível em: <<http://hermancappelen.net/docs/Indexicality.pdf>>. Acesso: 01 ago 2012.

\_\_\_\_\_. Semantics and Pragmatics: Some Central Issue. PREYER, G.; PETER, G. **Context-Sensitivity and Semantic Minimalism**. Oxford: University Press, 2005, p. 3-22.

CARSTON, R. **Thoughts and Utterances**: The Pragmatics of Explicit Communication. Oxford: University Press, 2002.

\_\_\_\_\_. Linguistic Communication and the Semantics/Pragmatics. **Synthese**. v. 165, n. 3, 2008, p. 321 –345.

GRICE, P. **Studies in the Way of Words**. Cambridge: University Press, 1989.

HALL, A. Free Enrichment or Hidden Indexicals?. **Mind & Language**. v. 23, n. 4, 2008, p. 71-102. Disponível em: <<http://www.ucl.ac.uk/psychlangsci/research/linguistics/publications/wpl/06papers/hall>>. Acesso: 01 ago 2012.

\_\_\_\_\_. Free Enrichment and the Nature of Pragmatic Constraints. **UCL Working Papers in Linguistics**. v. 21, 2009, p. 93-123. Disponível em: <<http://www.ucl.ac.uk/psychlangsci/research/linguistics/publications/wpl/09papers/hall>>. Acesso: 01 ago 2012.

KAPLAN, D. Demonstratives: An Essay on the Semantics, Logic, Metaphysics, and Epistemology of Demonstratives and Other Indexicals. ALMOG, J.; PERRY, J.; WETTSTEIN, H. (eds.). **Themes from Kaplan**. Oxford: University Press, 1989, p. 481-563. Disponível em: <<http://fitelson.org/proseminar/kaplan.pdf>>. Acesso: 01 ago 2012.

MARTÍ, L. Unarticulated Constituents Revisited. **Linguistic and Philosophy**, v. 29, 2006, p. 135-166. Disponível em: <<http://www.sp.uconn.edu/~kla98002/Marti2004.pdf>>. Acesso: 01 ago 2012.

PERRY, J. Thought Without Representation. **Proceedings of Aristotelian Society**. Oxford: Blackwell, 1986. v. 60, p. 137-166. Disponível em:

<<http://michaeljohnsonphilosophy.com/wp-content/uploads/2011/09/Perry-Thought-without-Representation.pdf>>. Acesso 01 ago 2012.

RECANATI, F. Unarticulated Constituents. **Linguistic and Philosophy**. CIDADE, v. 25, 2002a, p. 299-345. Disponível em:

<[http://jeannicod.ccsd.cnrs.fr/docs/00/05/32/64/PDF/ijn\\_00000086\\_00.pdf](http://jeannicod.ccsd.cnrs.fr/docs/00/05/32/64/PDF/ijn_00000086_00.pdf)>. Acesso: 01 ago 2012.

\_\_\_\_\_. **Literal Meaning**. Cambridge: University Press, 2004.

\_\_\_\_\_. Crazy Minimalism. **Mind & Language**. v. 21, n. 1, 2006, p. 21-30. Disponível em:

<[http://jeannicod.ccsd.cnrs.fr/docs/00/05/36/91/PDF/C\\_L\\_review\\_Recanati\\_2.pdf](http://jeannicod.ccsd.cnrs.fr/docs/00/05/36/91/PDF/C_L_review_Recanati_2.pdf)>. Acesso: 01 ago 2012.

\_\_\_\_\_. It is raining (somewhere). **Linguistics and Philosophy**. v. 30, 2006, p. 123-146. Disponível em:

<[http://jeannicod.ccsd.cnrs.fr/docs/00/08/34/83/PDF/It\\_is\\_raining15REVISED29.pdf](http://jeannicod.ccsd.cnrs.fr/docs/00/08/34/83/PDF/It_is_raining15REVISED29.pdf)>. Acesso: 01 ago 2012.

SEARLE, J. The Background of Meaning. SEARLE, J.; KIEFER, J.; BIERWISH, M. (eds.). **Speech Act Theory and Pragmatics**. Dordrecht: Reidel, 1980, p. 221-232.

SPERBER, D.; WILSON, D. Loose Talk. **Proceedings of the Aristotelian Society**. CIDADE, v. 86, 1986, p. 155-161.

\_\_\_\_\_. **Relevance: Communication and Cognition**. Oxford: Blackwell, 1995.

\_\_\_\_\_. A Deflationary Account of Metaphor. **UCL Working Papers in Linguistics**. v. 18, 2006. Disponível em: <<http://www.dan.sperber.fr/wp-content/uploads/2009/10/SperberWilsonMetaphor.pdf>>. Acesso: 01 dez 2012.

STANLEY, J. Context and Logical Form. **Linguistic and Philosophy**. v. 23, p. 391-434, 2000. Disponível em:

<<http://semantics.uchicago.edu/kennedy/classes/f07/pragmatics/stanley00.pdf>>. Acesso: 01 ago 2012.

\_\_\_\_\_. Making it Articulated. **Mind and Language**. Oxford: Blackwell, v. 17, n. 1-2, 2002, p. 149-168. Disponível em:  
[<http://www.accionfilosofica.com/misc/1225832407crs.pdf>](http://www.accionfilosofica.com/misc/1225832407crs.pdf). Acesso: 01 ago 2012.

\_\_\_\_\_. Semantics in Context. **Contextualism in Philosophy: Knowledge, Meaning, and Truth**. PREYER, g.; PETER, G. (eds.). Oxford: Clarendon Press, 2005a, p. 221-244. Disponível em: <<https://unstable.nl/andreas/ai/mrm/stanley.pdf>>. Acesso: 01 ago 2012.

\_\_\_\_\_. Review of François Recanati's Literal Meaning. **Notre Dame Philosophical Reviews**. 2005b. Disponível em: <<http://ndpr.nd.edu/news/24857-literal-meaning/>>. Acesso: 01 ago 2012.

STANLEY, J.; SZABÓ, Z. G. On Quantifier Domain Restriction. **Mind & Language**. v. 15, 2000. p. 219-261. Disponível em:  
[<http://www.rci.rutgers.edu/~tapuz/onquan.pdf>](http://www.rci.rutgers.edu/~tapuz/onquan.pdf). Acesso: 01 ago 2012.

TAYLOR, K. Sex, Breakfast and Descriptus Ininterruptus. **Synthese**. v. 128, 2001, p. 25-61. Disponível em: <<http://www.accionfilosofica.com/misc/1258462907crs.pdf>>. Acessp: 01 dez 2012.

TRAVIS, C. Meaning's Role in Truth. **Mind**. v. 105, n. 419, 1996, p. 451-466.

ZEMAN, D. **Unarticulated Constituents, Variadic Functions and Relativism**. 2010. Disponível em: <[http://www.ub.edu/grc\\_logos/files/user162/1304593563-ZemanUCVF&R.pdf](http://www.ub.edu/grc_logos/files/user162/1304593563-ZemanUCVF&R.pdf)>. Acesso: 01 ago 2012.